

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MAGNO CARVALHO DE OLIVEIRA
ORIENTADORA: PROFESSORA DRA. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

**AS JORNADAS DE JUNHO/2013, PORTO ALEGRE/RS: OS MOVIMENTOS
SOCIAIS E AS FORMAS SIMBÓLICAS NA FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS
DISSIDENTES**

Porto Alegre

2018

MAGNO CARVALHO DE OLIVEIRA

**AS JORNADAS DE JUNHO/2013, PORTO ALEGRE/RS: OS MOVIMENTOS
SOCIAIS E AS FORMAS SIMBÓLICAS NA FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS
DISSIDENTES**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, linha de pesquisa análise territorial, do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Professora Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Magno Carvalho de
As Jornadas de Junho/2013, Porto Alegre/RS: Os
movimentos sociais e as formas simbólicas na formação
de territórios dissidentes / Magno Carvalho de
Oliveira. -- 2018.
104 f.
Orientadora: Rosa Maria Vieira Medeiros.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre,
BR-RS, 2018.

1. Movimentos sociais. 2. Identidade. 3.
Discurso. 4. Autonomia. 5. Território dissidente. I.
Vieira Medeiros, Rosa Maria, orient. II. Título.

MAGNO CARVALHO DE OLIVEIRA

**AS JORNADAS DE JUNHO/2013, PORTO ALEGRE/RS: OS MOVIMENTOS
SOCIAIS E AS FORMAS SIMBÓLICAS NA FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS
DISSIDENTES**

Dissertação apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do Título de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, linha de pesquisa análise territorial, do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 26 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ana Regina de Moraes Soster (PUCRS)

Prof. Dr. Mario Leal Lahorgue (UFRGS)

Prof. Dr. Nelson Rego (UFRGS)

Porto Alegre

2018

Todo o conhecimento deve ser
direcionado a transformar a vida das
pessoas, dessa forma dedico esse
trabalho à sociedade.

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa jamais é realizada em um trabalho solitário do autor, sendo produzida entre muitas “mãos” e com o apoio incondicional de pessoas e instituições fundamentais, as quais destaco na sequência.

Inicialmente, devo agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através do Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA), pela oportunidade de estudar em uma instituição de excelência que, apesar dos sucessivos ataques que sofre, se mantém como celeiro na formação integral do ser humano, produzindo pesquisas relevantes para o desenvolvimento da sociedade. Estendendo, nesse ponto, o profundo agradecimento à sociedade, por financiar um sistema de ensino superior público da mais alta qualidade.

A minha orientadora, professora Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros, pela sua disponibilidade para orientar essa pesquisa, pela sua amabilidade, carinho e cuidado, características que a tornam um ser humano especial. Os caminhos que se abrem estão para além dos muros acadêmicos, a amizade, assim, é o fruto dos anos de convívio e parceria entrecruzados no fazer geográfico.

Ao Núcleo de Estudos Agrários (NEAG) da UFRGS, coordenado brilhantemente pela professora Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros, que me “acolheu” durante os anos de pesquisa.

Aos participantes das manifestações estudadas, pela importante contribuição na elucidação do problema de pesquisa e contemplação de seus objetivos.

Aos professores(as), coordenação, servidores(as), bolsistas e demais membros(as) da equipe do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS.

Ao curso de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e aos seus professores(as), por serem a essência de minha formação inicial, minha *alma mater*.

Aos colegas deste caminhar geográfico, sejam da UFRGS ou da PUCRS, pelas trocas de vivências e saberes.

A minha família, minha mãe Marlene, meu pai Armando, minha irmã Marilene e meu cunhado Élio, pelo apoio incondicional em todas as minhas escolhas, pela minha formação enquanto ser humano e pelo apoio ao longo, não somente desta jornada, como da vida.

Aos colegas de trabalho junto à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), pelo apoio durante o processo de formação e pelas palavras de incentivo, vocês são mais que colegas, são amigos conquistados. Não posso citar nomes sob pena de cometer a irreparável falha de esquecer pessoas fundamentais.

Aos meus amigos(as), pelo convívio, paciência nos momentos em que me fiz ausente, pelas trocas, pelo apoio e, pelo carinho demonstrado. Um agradecimento especial à Aline Barp, Elizabeth Ulrich, Kely Boscato, Litchele Ferreira e Rita Neves, vocês são esteios que tornam a vida mais leve de se viver, obrigado por todos os momentos que partilhamos.

Por fim, não foi possível agradecer a todos(as) que partilharam e contribuíram de alguma forma com esta pesquisa, porém ao entrarem em contato com este trabalho saibam que estão igualmente representados e registro meus sinceros agradecimentos para todos(as) que ajudaram no processo da minha formação acadêmica.

“Assim como os territórios dissidentes que, por um período maior ou menor de tempo, representam a ousadia da criação e da sociedade instituinte diante da sociedade instituída, as práticas espaciais insurgentes que geram e gerem esses territórios não são fenômenos recentes na história da humanidade. Todavia, há evidências de que a sua relevância, no contexto do repertório geral de estratégias e táticas dos movimentos e protestos sociais, aumentou e se tornou mais visível desde meados do século passado, acelerando-se essa tendência nos últimos, digamos, vinte anos.”

Marcelo Lopes de Souza

RESUMO

Os movimentos sociais, possuidores de identidade coletiva, podem, a partir da apropriação de espaços representativos do *status quo*, ou seja, com estruturas pertencentes ao poder instituído, formar territórios dissidentes. Dessa forma, os movimentos sociais, enquanto prática sócio-espacial, tornam-se agentes modeladores do espaço, uma vez que as práticas insurgentes possuem força e pressão para reorganizá-lo. O protagonismo cidadão pode constituir territórios dissidentes, ou seja, espaços apropriados pela autogestão e pela autonomia individual e coletiva, críticos do *status quo*, da verticalização, da heteronomia e do poder instituído; precursor de uma sociedade pautada pela horizontalidade com a implantação do poder instituinte. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa qualitativa, com a aplicação de questionários, pesquisa bibliográfica e em campo, interpretados à luz da dialética e valendo-se da análise de discurso. Considerando os espaços simbólicos, representativos de um poder verticalizado, da Praça da Matriz, do Largo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Praça Montevideu) e a região onde está localizada a sede do Jornal Zero Hora, ou seja, a Avenida Ipiranga, as ações promovidas durante a primeira fase das Jornadas de Junho de 2013 e, ainda, o discurso dos entrevistados, entende-se que os movimentos sociais, ao criticarem o sistema vigente e ao defenderem uma nova organização social, podem, a partir da apropriação do espaço e durante sua ação, formar territórios dissidentes.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Identidade. Discurso. Autonomia. Território dissidente.

ABSTRACT

Social movements - holders of collective identity - can form dissident territories from the appropriation of spaces representing the status quo, that is, structures belonging to the established power. In this way, social movements, as a socio-spatial practice, become molders of space, since insurgent practices have the force and pressure to reorganize it. Citizen protagonism can constitute dissident territories, that is, appropriate spaces for self-management and individual and collective autonomy, critics of the status quo, verticalization, heteronomy and instituted power; the precursor of a society based on horizontality with the implantation of the instituting power. As a methodology, we used qualitative research, with the application of questionnaires, bibliographical and field research, interpreted in the light of dialectics and using discourse analysis. Considering the symbolic spaces Praça da Matriz, Largo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Praça Montevideu) and the region in Ipiranga Avenue where the Zero Hora Newspaper headquarters is located, all of these places representative of a vertical power, the actions promoted during the first phase of the Jornadas de Junho de 2013, and also the discourse of the interviewees, it is understood that social movements, by criticizing the current system and by defending a new social organization, can form dissident territories from the appropriation of space and during their action.

Keywords: Social movements. Identity. Speech. Autonomy. Dissident territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sesmarias que originaram Porto Alegre	28
Figura 2 - Praça da Matriz, Porto Alegre/RS	29
Figura 3 - Carta-imagem da Praça da Matriz georreferenciada	31
Figura 4 - Praça Montevideú, Porto Alegre/RS	33
Figura 5 - Carta-imagem da Praça Montevideú georreferenciada.....	34
Figura 6 - Sede do Jornal Zero Hora, Avenida Ipiranga, Porto Alegre/RS	36
Figura 7 - Carta-imagem da localização do Jornal Zero Hora georreferenciada.....	37
Figura 8 - Primeiro protesto em Porto Alegre - 21/01/2013.....	50
Figura 9 - Manifestação ocorrido em 01/04/2013.....	51
Figura 10 - Confronto ocorrido entre policiais e manifestantes em junho/2013.....	54
Figura 11 - Elementos e inter-relações presentes na manifestação social	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de manifestantes, ao longo de junho de 2013, no Brasil.....56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores das tarifas de ônibus nas capitais do Brasil em 2013 (dados compilados até o mês de maio).....	47
Tabela 2 - Índice de aumento das passagens em 2013 e INPC de janeiro a maio de 2013	48

LISTA DE SIGLAS

CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MBL – Movimento Brasil Livre

MPL – Movimento Passe Livre

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

ProUni – Programa Universidade para Todos

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

ReUni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 METODOLOGIA	21
3 ESPACIALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO	26
3.1 PORTO ALEGRE E SUA FORMAÇÃO.....	26
3.2 A PRAÇA DA MATRIZ	29
3.3 A PRAÇA MONTEVIDÉU.....	32
3.4 O JORNAL ZERO HORA	35
4 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013.....	38
4.1 O CONTEXTO HISTÓRICO.....	39
4.2 ANÁLISE DAS REVOLTAS DE JUNHO DE 2013.....	42
4.2.1 A estrutura do sistema de transporte público no Brasil e os direitos dos cidadãos.....	42
4.2.2 As Jornadas de Junho de 2013: o aquecimento.....	45
4.2.3 As Jornadas de Junho de 2013: o mês de junho.....	52
4.2.4 As Jornadas de Junho de 2013: o arrefecimento.....	55
5 A IDENTIDADE COMO MOTOR DE AÇÃO	58
5.1 IDENTIDADE: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA	58
5.2 A IDENTIDADE COLETIVA: A NECESSÁRIA IDENTIFICAÇÃO PARA EFETIVAR A LUTA.....	61
6 ENTRE OPÇÕES E ESCOLHAS: POR QUE ESSES ESPAÇOS?	65
6.1 ESPAÇOS SIMBÓLICOS: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DO ESPAÇO PÚBLICO.....	65
6.2 OS ESPAÇOS SIMBÓLICOS EM ESTUDO	67
7 JORNADAS DE JUNHO DE 2013: TERRITÓRIOS DISSIDENTES?	72
7.1 AS PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS	72

7.1.1 As práticas sócio-espaciais heterônomas	74
7.1.2 As práticas sócio-espaciais autônomas	76
7.2 O TERRITÓRIO DISSIDENTE	78
7.3 ESPAÇOS APROPRIADOS EM TERRITÓRIOS DISSIDENTES	81
7.4 MOVIMENTO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF: UM DOS PRODUTOS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013?	89
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	97
ANEXOS	101
ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO	101
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	103

1 INTRODUÇÃO

No tempo histórico presente vivenciamos a crise de representatividade, a democracia representativa, aliada ao presidencialismo de coalizão, não mais contempla, se é que algum dia contemplou, os anseios dos cidadãos. Os mínimos direitos conquistados não foram capazes de superar a desigualdade presente na sociedade, o abismo social permanece inalterado. Aliado a isso, os poucos direitos que os cidadãos possuem sofrem duras ameaças, com cortes de investimentos e reformas que atacam conquistas sociais históricas.

Nesse cenário, surge o anseio de participação, de ter voz. Almeja-se que todos possam optar pelos caminhos que pretendem seguir, que possuam suas identidades respeitadas. Entretanto, não será em um sistema heterônimo, com relações verticalizadas, que a mudança será possível, assim urge as possibilidades autonomistas, a instauração de uma radical democracia, a construção, em última análise, da democracia participativa.

O desenvolvimento de um novo sistema de organização social, por sua vez, encontra na formação de territórios dissidentes, que são espaços apropriados por relações horizontalizadas e com respeito as autonomias, mecanismos percursoros de uma sociedade pautada pela horizontalidade e implementada pelo poder instituinte. A formação de territórios dissidentes, portanto, encontra-se imbricada em um processo amplo em que se pretende uma nova lógica de organização social, com direitos igualizados.

Dessa forma, as experiências localizadas de territórios dissidentes possibilitam a “caminhada” em direção a uma nova lógica de organização espacial, onde as horizontalidades, de poder, de decisão, sejam a premissa máxima de sua constituição.

A partir dessas considerações, podemos trazer inúmeros exemplos de ensaios autonomistas, defensores de projetos de desenvolvimento igualizado, construindo, assim, um território dissidente, sejam as feiras de trocas, feiras de economia solidária, implantação de moedas locais de circulação em comunidades ou diversas outras experiências.

Da mesma forma, acreditamos que os movimentos sociais possuem força, de luta e pressão, para implantar novas formas de organização espacial e, por conseguinte, social, notadamente formas que privilegiem as horizontalidades de

direito. Assim, em uma determinada ação de um movimento social, configurada em espaços simbólicos representativos do poder dominante, do *status quo*, aliados a um discurso de mudança, de superação das velhas estruturas, pode formatar, mesmo que efemeramente, um território dissidente, ou seja, um espaço apropriado em que os discursos dos indivíduos sejam pautados pela superação de todas as formas de desigualdade.

Diante do exposto, trazemos, para a nossa pesquisa, as Jornadas de Junho de 2013. Esse movimento, como é de conhecimento geral, iniciou com a luta por um transporte público de qualidade e pela redução das tarifas desse sistema. Com o seu desenrolar, foi ampliando seu leque de agendas, com a inserção de inúmeras pautas. O movimento foi de âmbito nacional, porém nosso estudo está localizado no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Durante as manifestações era possível observar a tentativa de manifestação em determinados espaços (Praça da Matriz, Praça Montevideu e sede do Jornal Zero Hora). Diante dessa constatação, ficamos na inquietude de responder a seguinte pergunta: a ação dos movimentos sociais, protagonizada nas Jornadas de Junho de 2013 e sua tentativa de materialização junto a formas simbólicas, possuiu a natureza de prática espacial insurgente, levando a formação de territórios dissidentes?

Dessa forma, como objetivo geral a dissertação pretendeu analisar a possível formação de territórios dissidentes, ou seja, identificar a presença de uma nova forma de organização com a construção de discursos críticos ao sistema então vigente, a partir das práticas sócio-espaciais insurgentes, as quais são representadas na “figura” das Jornadas de Junho de 2013.

Para atingir o objetivo geral da dissertação, foram elencados os objetivos específicos que explicitamos nos próximos parágrafos.

O primeiro objetivo específico, de acordo com a nossa proposta metodológica, foi delimitar os espaços de ocorrência das Jornadas de Junho de 2013, com foco para os três territórios em estudo - Praça da Matriz, Praça Montevideu e sede do Jornal Zero Hora - abordando o processo geo-histórico de formação desses espaços.

Identificamos, após a espacialização dos fenômenos, a ocorrência das Jornadas de Junho de 2013, com suas distintas manifestações, e os movimentos sociais participantes.

Para as nossas análises, foi igualmente necessário estudar o elemento identitário presente na formação dos grupos de manifestantes sociais, bem como a

identidade do grupo para com o território de ação. Imbricado a esse objetivo, analisamos as razões da escolha dos espaços estudados na pesquisa para buscar o cerne das manifestações, ou seja, o porquê dessas manifestações terem como foco principal de ocorrência os espaços da Praça da Matriz, Praça Montevideu e sede do Jornal Zero Hora. Abordamos, para uma melhor explicação, a heteronomia presente, por se tratar de espaços de poder instituído e, também, a autonomia, caracterizada como o poder instituinte.

Ainda, como objetivos específicos finais, destacamos o estudo, a partir das teorias disponíveis, do conceito de território dissidente, refletindo, ao final, e a partir da análise de discurso, se os espaços foram transformados em um território dissidente.

Para a contemplação dos objetivos foi adotada como metodologia a pesquisa qualitativa de natureza básica, com caráter exploratório e explicativo, perpassada pela dialética. Como ferramentas de pesquisa, utilizamos a revisão bibliográfica, pesquisa de campo com os manifestantes, elaboração e seleção de imagens; por fim, as entrevistas foram analisadas a partir do viés da análise de discurso.

Como motivação principal para a realização do estudo, trazemos nosso entendimento que uma pesquisa é “movidada” substancialmente por paixão, paixão esta construída ao longo da vida acadêmica e pessoal. Portanto, não poderíamos deixar de mencionar, enquanto justificativa, a nossa trajetória acadêmica no Bacharelado em Geografia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Durante a realização do curso, interessamo-nos, a partir do “contato” com o conceito de território dissidente desenvolvido pelo geógrafo Marcelo Lopes de Souza, por estudar, em nossa monografia de conclusão de curso, a Praça da Matriz enquanto um território dissidente. Como qualquer estudo, principalmente no âmbito das Ciências Humanas, não foi possível considerar a monografia em questão conclusiva, pois logo após a sua defesa emerge, no Brasil, as Jornadas de Junho de 2013. Com isso, sentíamos a necessidade de retomar e ampliar os estudos de outrora, o que hoje resulta na apresentação desta dissertação.

Logo, a vivência em um curso de graduação, com duração mínima de quatro anos, nos mostra caminhos, indica possibilidades, constrói a nossa paixão pela ciência e, assim, nossas intencionalidades se solidificam.

As experiências acadêmicas encontram-se associadas a nossa bagagem na participação ativa em movimentos sociais e em processos político-partidários, na luta

por igualdades de direitos, por uma democracia participativa, por respeito a pluralidade que caracteriza nossa vida em sociedade. Portanto, a academia e o empírico na formação do sujeito direcionaram nossa pesquisa para o estudo dos movimentos sociais e seus territórios de ação.

Para cumprir com seus objetivos a dissertação foi dividida em seis capítulos. No segundo, isto é, após a introdução, trazemos os caminhos metodológicos escolhidos para a pesquisa, com delimitação quanto sua classificação, seus instrumentos, seus métodos e sua forma de análise.

No terceiro capítulo, abordamos a espacialização do objeto de estudo, ou seja, os espaços em que acreditamos ter ocorrido a formação de territórios dissidentes. Para tanto, realizou-se um panorama geral da formação de Porto Alegre e posterior síntese dos três espaços em estudo.

Caminhando para o quarto capítulo, encontramos a teorização dos eventos referenciados como Jornadas de Junho de 2013, realizando sua contextualização, seus precedentes históricos, seu desenvolvimento e, por fim, seu arrefecimento.

Adentrando no quinto capítulo, foi o momento de refletir sobre o processo identitário, estudando, assim, a partir de teorias e da aproximação prática para com nossas entrevistas, a formação identitária dos movimentos sociais, perpassando por uma breve exposição teórica sobre o conceito de identidade, com posterior estudo da identidade dos grupos envolvidos em movimentos sociais.

O sexto capítulo, por sua vez, trata das questões atinentes ao porquê da escolha dos espaços em estudo para a tentativa de manifestação. A construção do texto faz uma aproximação entre símbolos e espaço público. Posteriormente é analisado o simbolismo presente nos espaços estudados, realizando um paralelo entre as teorias dos autores Angelo Serpa, Cornelius Castoriadis e Serge Moscovici, além de analisarmos os discursos apresentados pelos entrevistados.

O sétimo, e último, capítulo é incumbido de analisar a possível constituição de territórios dissidentes durante os protestos de junho de 2013. Para contemplar seus objetivos, o capítulo apresenta, inicialmente, uma análise das práticas espaciais heterônomas e autônomas; após teorizou-se sobre o conceito de território dissidente de acordo com a literatura, para discutirmos, de posse dos discursos produzidos pelos entrevistados, a formação dos territórios dissidentes durante os movimentos sociais por nós abordados. Por fim, como possibilidade de novas pesquisas, considerando o caráter de organismo vivo que uma pesquisa reflete, apresentamos, brevemente, uma

possível influência das Jornadas de Junho de 2013 no processo de *impeachment* da Presidenta Dilma, o que pode suscitar estudos futuros.

2 METODOLOGIA

*“Curiosidade, criatividade, disciplina e especialmente
paixão são algumas exigências para o
desenvolvimento de um trabalho criterioso, baseado
no confronto permanente
entre o desejo e a realidade.”
Mirian Goldenberg*

A paixão nos move a pesquisar. Dessa maneira, o desejo de “descortinar” o mundo e suas problemáticas cria inquietações, questionamentos, problematizações, considerações, proposições. Entretanto, a pesquisa, para adquirir cunho científico, impescinde de um rigoroso planejamento, o qual é denominado de metodologia, coerente com o problema a ser pesquisado. Assim, a metodologia é quem vai “guiar” o pesquisador em busca das respostas para sua pesquisa; a metodologia mostra o caminho para as respostas das perguntas: como? onde? com que material? De tal modo, Roesch (2005, p.125, 126) afirma: “a metodologia descreve como o projeto será realizado. Aconselha-se partir dos objetivos do projeto para definir que tipo de método é mais apropriado.”.

No percurso metodológico, necessária é a qualificação da pesquisa, conforme sua classificação. Uma pesquisa científica pode ser classificada com diferentes qualificações; quanto a sua natureza, a investigação categoriza-se como pesquisa básica ou pesquisa aplicável¹. Nosso estudo foi pautado em forma de pesquisa básica, pois não possuiu a pretensão de ser uma pesquisa com aplicabilidade prática, tendo em vista que nem toda a produção do conhecimento precisa, necessariamente, apresentar aplicabilidade, conforme assevera Souza (2015a, p. 261):

Nem todos os estudos e pesquisas precisam ter uma vinculação direta com a tentativa de colaborar para a superação de problemas sócio-espaciais, assim como nem todo trabalho científico relevante precisa ter uma preocupação de gerar resultados diretamente “aplicáveis” [...]

¹ Conforme Menezes e Silva (2005, p. 20) “Pesquisa Básica: objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais. Pesquisa Aplicada: objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.”.

Em relação a forma de abordagem, a pesquisa está caracterizada por uma análise qualitativa², pois acreditamos que um estudo, voltado para as práticas espaciais, não possui como forma de abordagem mais adequada a análise a partir de métodos quantitativos. Dessa forma, entendemos que a pesquisa qualitativa se relaciona com as intencionalidades de um grupo, ou seja, é possível, através da pesquisa, compreender as motivações para as suas ações.

A metodologia, da mesma forma, tem por dever delimitar o tipo de estudo quanto aos seus objetivos. No entanto, acreditamos que não podemos incorrer no reducionismo de categorizar uma única forma de classificação, quanto aos objetivos, em uma pesquisa que pretende tratar de fenômenos sócio-espaciais, ou seja, da complexidade. Portanto, quanto aos seus objetivos, a dissertação está alicerçada nas análises exploratória e explicativa³.

Quanto aos procedimentos técnicos, considerando a natureza de pesquisa qualitativa, utilizamos ao longo da dissertação, a revisão bibliográfica em livros, periódicos e documentos históricos; realização de pesquisas de campo com participantes das manifestações; fotografias, obtidas em campo, com posterior seleção e elaboração de imagens.

As perguntas realizadas aos entrevistados foram elaboradas de forma a direcionar a temática, evitando, assim, que a pesquisa fosse envolvida com questões amplas que não encerrariam o objetivo do trabalho.

Foram realizadas um total de doze entrevistas e a seleção dos participantes incorreu em cidadãos que, além de participantes dos protestos de junho de 2013, encontram-se engajados em diversos outros movimentos, sejam partidários ou

2 Menezes e Silva (2005, p. 20) afirmam: “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.”.

3 Gil (2002, p. 41, 42) contextualiza: “Pesquisa exploratória: Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Pesquisa explicativa: Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente.”.

movimentos da sociedade. A faixa etária dos entrevistados encontra-se situada entre 21 a 38 anos; o nível de escolaridade dos participantes está entre estudantes do ensino superior e pós-graduados; todos são residentes em Porto Alegre ou na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA); da mesma forma são usuários do transporte público e críticos desse meio de locomoção.

Destaca-se, ainda, no que se refere à seleção dos entrevistados, que a pesquisa não foi amplamente disponibilizada, sendo a solicitação para a participação realizada de forma controlada e destinada, tão somente, ao público que se tinha o conhecimento ser detentor do perfil metodologicamente traçado, isto é, ser manifestante social ativo e participante das Jornadas de Junho de 2013.

Salientamos que não transcrevemos e analisamos todas as falas dos entrevistados, pois ocasionaria um trabalho demasiadamente longo e com desvio de finalidade, portanto as falas foram selecionadas de acordo com a significância que possuíam para a nossa pesquisa.

Destacamos que, na transcrição das entrevistas, os participantes não foram identificados, evitando exposição que em nada contribuiria para as análises. Dessa forma, os nomes foram substituídos pelas respectivas iniciais, destacando, ainda, que foi apresentado o termo de consentimento, o qual está disposto, juntamente com o questionário, nos anexos.

Dentro da perspectiva de pesquisa qualitativa, as entrevistas não encerram um capítulo único e exclusivo para elas, este está disposto como um subcapítulo do último capítulo da dissertação; além disso ao longo de todo o texto, desde os capítulos iniciais, apresentamos falas dos entrevistados, as quais contribuiriam na defesa das teorias e de nosso entendimento

Por último, no que se refere às entrevistas, destacamos que as apreciações foram realizadas através da análise de discurso que, diferentemente da análise de conteúdo, trabalha com os sentidos das falas, ou seja, nenhum discurso é neutro, pois é carregado de ideologia. Nas palavras de Caregnato e Multi (2006, p. 680-681):

A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de idéias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto, na AD a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer.

A análise de discurso não aborda a linguagem enquanto sistema de regras, mas coloca o sujeito no centro, o que importa é a sua fala, o seu contexto. Orlandi (2015, p. 15) traz uma valiosa contribuição:

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se.

Desse modo, o que pretendíamos com a análise de discurso era entender se os discursos produzidos nas entrevistas se direcionavam ao encontro da proposta de um território dissidente, da construção de uma nova lógica social e não apenas à construção de uma manifestação sem sentido ou ligada ao poder instituído.

Por fim, no campo metodológico, destacamos que os dados obtidos ao longo do caminhar metodológico foram tratados, como diferente não poderia ser, a partir do rigor dos métodos científicos. E quando mencionamos método, encontramos um problema presente em muitas pesquisas, isto é, estudar apenas a microescala (tratada no sentido de recorte espacial) como um bairro, uma rua, um loteamento, como se as “Geografias” não fossem (inter)conectadas, como se um acontecimento fosse deslocado do todo. Não concordamos com esse posicionamento, pois acreditamos que todas as ações humanas possuem (inter)conexões com muitas outras ações, ou seja, as ações encontram-se em um sistema de cadeia. Entretanto, concordamos que uma pesquisa precisa ter seu “recorte espacial”, porém, sem se desvincular do todo, Castro (2000, p. 138-139) advoga: “Portanto, para o campo de pesquisa da geografia não há recortes territoriais sem significado explicativo [...]”.

Por conseguinte, definiu-se que os movimentos estudados, quais sejam, as Jornadas de Junho de 2013, que estão devidamente localizadas no espaço geográfico, possuíram uma lógica local e especificidades. Logo, as manifestações foram analisadas considerando o contexto em que estavam inseridas.

Entretanto, o fenômeno não está deslocado do global, do cenário de contradições, de criação de espaços de exclusão para muitos e de inclusão para poucos. As manifestações de junho de 2013 não são plenamente estudadas e justificáveis na escala do local, mas sim pertencem a uma trama articulada de fatores provocados pelo processo de globalização que desencadearam as “revoltas” de outrora. Nessa lógica, a pesquisa, também possuiu a obrigação de ser balizada pelo

método dialético que Kosik (1976, p.17), ao tratar do marxismo, afirma: “O marxismo é o esforço para ler, por trás da pseudoimediatez do mundo econômico reificado as relações inter-humanas que o edificaram e se dissimularam por trás de sua obra.”.

Portanto, com a aproximação teórica, compreendemos que a dialética, presente no marxismo, através dos seus “porquês” foi capaz de contribuir para a análise das contradições do espaço, fazendo, dessa maneira, a (inter)conexão entre a escala, enquanto recorte espacial, nanoterritorial ao global, buscando a relação concreta e efetiva dos fenômenos. Em última análise, o fenômeno foi estudado, também, a partir de um contexto social, político e econômico.

3 ESPACIALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO

“O espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema.”
Lefebvre

Toda a ação humana é engendrada no espaço, seja ele físico ou, em leituras contemporâneas, virtual que é denominado por muitos de *ciberespaço*. Dessa forma, os movimentos sociais por nós estudados foram materializados em um espaço apropriado, efemeramente, constituindo um território.

De tal modo, faz-se necessário nos escritos iniciais de qualquer pesquisa, sobremaneira em uma pesquisa de cunho geográfico, uma análise do espaço em estudo, sua formação, suas características. Assim, acreditamos que tal análise possa contribuir para apontar caminhos de possíveis entendimentos das questões que norteiam a presente dissertação.

Nessa perspectiva, o presente capítulo incumbiu-se de expor a geo-história da área em estudo, entretanto, acreditamos que os “micro espaços” de uma cidade não estão desconectados do todo, de tal modo que, inicialmente, traçamos um breve “painel” da constituição de Porto Alegre – a formação do seu núcleo urbano e seus limites territoriais - para, após, teorizamos sobre os territórios da pesquisa.

3.1 PORTO ALEGRE E SUA FORMAÇÃO

Quando falamos em formação e desenvolvimento de uma cidade não podemos tratar esse processo de forma desconectada do momento histórico em que se encontra. Assim, Porto Alegre, tem sua origem no momento histórico caracterizado pelo expansionismo de Portugal na América do Sul. Copstein (1973, p.22) afirma: “As coletividades geram instituições em respostas às necessidades humanas.”. Entendemos, então, que o tecido das cidades é fruto dos anseios de um determinado grupo, dessa forma, Porto Alegre, surge com o anseio por novos domínios territoriais.

Antes do processo de colonização, Porto Alegre era habitada por indígenas e no momento do processo de “conquista” do “Novo Mundo”, com a formalização do

Tratado de Tordesilhas, todo o território do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente de Porto Alegre (a totalidade de seus limites territoriais, ou seja, a área do futuro município), estava sob o domínio da Coroa Espanhola. Dessa forma, a história de Porto Alegre está intrinsecamente relacionada com a própria formação do estado do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, Pesavento (1999, p. 9) apresenta:

As origens de Porto Alegre mescla-se com o próprio processo de formação histórica do Rio Grande do Sul. Na passagem do século XVII para o século XVIII, a descoberta de ouro no interior do Brasil, na zona das "Gerais", motivou a demanda para o serviço das minas de animais para corte e tração. As grandes reservas de gado existentes no Rio Grande do Sul tornaram-se então um pólo de atração para bandos de tropeiros [...].

Ao longo do processo histórico, observa-se inúmeras tentativas de ocupação do território do Rio Grande do Sul pelos portugueses sendo, através dos bandeirantes, o primeiro processo efetivo de ocupação, com posterior distribuição de sesmarias que visavam a constituição de criatórios de gado. Nesse cenário, em 1740, a sesmaria localizada às margens do Lago Guaíba é transmitida a Jerônimo de Ornellas (PESAVENTO, 1999). Sobre essa sesmaria devemos citar que, após 32 anos de sua doação, é fundada, em seus domínios, Porto Alegre (OLIVEIRA, 1993). Com o auxílio da figura 1, podemos observar que, após a sua fundação, Porto Alegre tem o seu território, enquanto limite municipal, consolidado principalmente na área correspondente às sesmarias de Jerônimo de Ornellas, Sebastião Francisco Chaves e Dionísio Mendes, com seu limite territorial constituído a leste com Viamão e a Oeste com o Lago Guaíba.

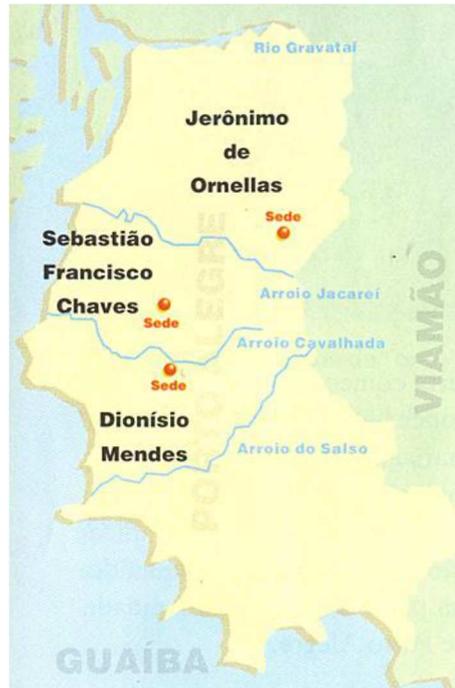


Figura 1 - Sesmarias que originaram Porto Alegre

Fonte: <https://portoimagem.wordpress.com/historia/>, 2017

Com o advento do Tratado de Madrid, a região das Missões tem seu controle e domínio passado para Portugal. Dessa maneira, a Coroa Portuguesa, visando o povoamento da nova região conquistada, promove o incentivo da imigração de casais açorianos. Entretanto, devido a lenta demarcação de terras nos novos domínios, sessenta casais oriundos de Açores fixam residência, em 1752, na área onde hoje encontramos Porto Alegre, dando início a sua colonização e formação do núcleo urbano (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2017). A valiosa contribuição de Pesavento (1999, p. 9) ajuda-nos a compreender o processo narrado:

Logo, contudo, o “Porto de Dornelles” recebeu novos moradores: os “Casais d’El Rei”, vindos de Açores para ocupar o território das Missões, que pelo Tratado de Madri em 1750 passara a ser propriedade de Portugal. [...] de modo que os açorianos acabaram provisoriamente “arranchados” à beira do Guaíba [...].

As lutas travadas, mesmo após a formalização do Tratado de Madrid, motivaram a migração de inúmeros casais açorianos, que já se encontravam na região das Missões para o território da futura Porto Alegre, aumentando o contingente inicial de sessenta casais. Esse processo culminou com a fundação, do que hoje conhecemos como Porto Alegre, em 26 de março de 1772, a partir da criação da freguesia de São Francisco do Porto dos Casais que no ano seguinte passou a ser

denominada de freguesia Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2017).

Dessa forma, Porto Alegre, com seus diferentes momentos técnicos, científicos e informacionais, foi constituindo-se, reinventando-se e segue no processo contínuo de transformação do seu espaço social.

Na sequência, abordamos os três espaços, dentro do território da cidade de Porto Alegre, que foram objetos desta pesquisa.

3.2 A PRAÇA DA MATRIZ

Conhecida como Praça da Matriz, a praça possui como nome oficial Praça Marechal Deodoro, sendo reconhecida como Praça da Matriz pelo fato de que em sua área está localizada a Catedral Metropolitana. Muitos são os eventos ocorridos na Praça da Matriz, sejam eles de cunho político e cultural, que foram, e são, de extrema relevância para a história da cidade, do estado e do país. Desses eventos, podemos citar a emblemática Campanha da Legalidade, encampada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, em 1961, e desencadeada a partir desse logradouro. A figura 2 retrata a atual Praça da Matriz.



Figura 2 - Praça da Matriz, Porto Alegre/RS
Fonte: O autor, 2018

O território de localização da Praça da Matriz, tratado enquanto espaço apropriado, está legalmente constituído, nas cartas municipais, no quadrante que compreende as Ruas Jerônimo Coelho, Duque de Caxias, Espírito Santo e o Largo da Legalidade, apresentamos na figura 3 a imagem georreferenciada da área, complementada com as palavras de Machado (2000, p. 45):

Limitada pelas ruas Duque de Caxias, cumeeira da colina - ao sul; Jerônimo Coelho - ao norte; J. A. Albuquerque, que tem como continuação a Espírito Santo - à leste; e rua sem nome - à oeste, o retângulo de 84 por 94 metros que corresponde ao seu espaço aberto não é plano: desenvolve-se em declive, da cota 35 à 30. Esculpida no meio da massa edificada, participa da história e da vida da cidade.

Como já escrito os “micro espaços” de uma cidade não estão desconectados da própria formação e desenvolvimento da cidade em questão. É a partir desse olhar que a Praça da Matriz tem sua história fortemente conectada à história de Porto Alegre. A cidade teve seu povoamento iniciado na região central contribuindo para o desenvolvimento da praça em estudo.

Destacamos a influência do Clero para a constituição do local, pois a área onde está localizada a Praça da Matriz foi, desde o início, cobiçada pela igreja que sempre procurava o local mais alto para a implantação de seus templos. O Clero encontra, assim, na Cidade Alta ou Altos da Praia, denominações à época, o espaço ideal para a fundação de sua igreja (MACHADO, 2000).

Ao longo do processo histórico, o território passou por inúmeras construções e reformas culminando com o que hoje conhecemos. De início, o primeiro setor a ter sua construção concluída é o compreendido na posição sul, na atual Rua Duque de Caxias. Pelo fato de ser nesse setor a localização da igreja. Já no ano de 1789, é concluído, no lado esquerdo da igreja, o Palácio da Presidência, fato explicado pela transferência da sede do governo de Viamão para a ponta da península. Essa construção fez com que o local ficasse conhecido, naquele momento, como Praça do Palácio da Presidência; no ano seguinte, são erguidos os prédios da Casa da Junta e Real Fazenda. Para efetivar a conexão com o sul da península, em 1817, é aberta a Rua Espírito Santo que à época era conhecida como Beco do Cemitério (MACHADO, 2000).



Figura 3 - Carta-imagem da Praça da Matriz georreferenciada
 Fonte: Imagem trabalhada pelo acadêmico Emílio Santos, 2017

Acreditamos que um estudo mais detalhado do processo histórico de formação da Praça da Matriz seja destinado a outras pesquisas, dessa forma não nos aprofundamos evitando, assim, uma possível fuga do objeto de pesquisa. Portanto, como fechamento devemos reforçar que a Praça da Matriz, desde a sua concepção até os dias atuais, foi pensada para abrigar o centro do poder e da cultura do estado, construindo o imaginário, na população, de um território de poder, onde inúmeras manifestações ocorreram e ocorrem, das quais podemos citar os movimentos ligados aos grupos: Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), etc.

3.3 A PRAÇA MONTEVIDÉU

A Praça Montevideú, localizada no centro de Porto Alegre, abriga o paço municipal, possuindo uma das histórias menos conhecidas do município, conforme observado em Franco (2006, p. 278):

É um dos logradouros públicos de história mais obscura, seja por confundir-se, em antigos documentos, com a área da atual Praça 15 de Novembro, seja porque chegou a pertencer, em parte, a particulares, que nela tiveram construções, somente desapropriadas pelo município em 1855, quando se tratou de prolongar e regularizar a Rua 7 de Setembro.

Nas palavras do autor, é possível identificar detalhes do processo de construção da Praça Montevideú, onde mais uma vez observamos que o processo de formação dos locais que conhecemos hoje, perpassa uma grande construção geohistórica, com diferentes momentos, tempos e técnicas. Não obstante, continuando com Franco (2006, p. 279) obtemos a seguinte teorização:

A concretização da projetada Praça só se deu, contudo, depois de 1855. Em meados desse ano, a presidência da Província autorizou as desapropriações necessárias “para se levar a efeito a continuação da Rua Nova da Praia e a praça que lhe tem de ficar imediata”, devendo esclarecer-se que “Nova da Praia” foi o primeiro nome dado à Rua 7 de Setembro.

Apresentamos, na figura 4, uma fotografia atual da praça.



Figura 4 - Praça Montevidéu, Porto Alegre/RS

Fonte: O autor, 2018

Ainda sobre a Praça Montevidéu, devemos abordar a construção do paço municipal inaugurado em maio de 1901, nesse momento a praça passa a receber o nome de Praça Municipal. O nome como a conhecemos, ou seja, Praça Montevidéu, foi concebido em 1916, a partir da autorização da República Oriental do Uruguai (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2018).

Por fim, ao longo da dissertação é possível verificar os motivos pelos quais a praça é um dos locais escolhidos, não somente pelas Jornadas de Junho de 2013, como também por diversos outros movimentos, considerando seu caráter de centro do poder municipal da capital do Rio Grande do Sul. Na figura 5, apresentamos a imagem georreferenciada da área.

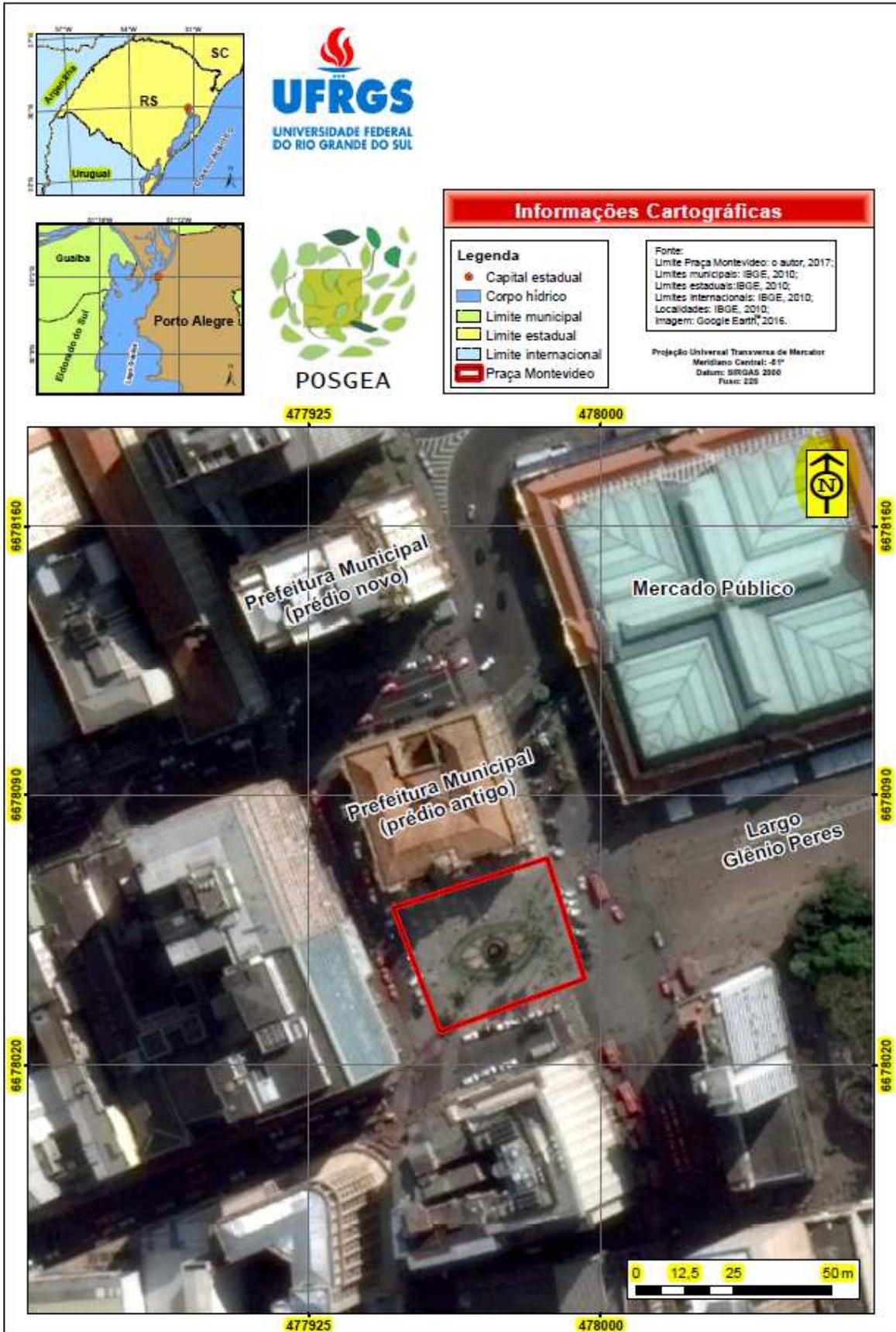


Figura 5 - Carta-imagem da Praça Montevideu georreferenciada
 Fonte: Imagem trabalhada pelo acadêmico Emílio Santos, 2017

3.4 O JORNAL ZERO HORA

Ao adentrarmos na breve exposição sobre a localização do Jornal Zero Hora, explicitamos que não se trata de um prédio ou praça histórica de Porto Alegre, pois não se faz presente, nos moldes da Praça da Matriz e da Praça Montevideu, desde a constituição da capital gaúcha. Sua fundação e desenvolvimento ocorre nos últimos 60 anos. Dessa forma, o relato aqui foi restrito à fundação do jornal, a qual está relacionada ao período militar, e a sua localização.

Portanto, referenciamos que a sede do Jornal Zero Hora está localizada na Avenida Ipiranga, nº 1075, Bairro Azenha, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A origem do jornal está contextualizada a partir da concessão, pelo governo militar, do então Jornal Última Hora, o qual teve seu fechamento determinado com a instalação do regime militar no Brasil, conforme depreendemos em Ramos (2015, p. 1):

O ano de 1964, marcado pelo golpe militar, repercutiu na imprensa de Porto Alegre, com o fechamento do vespertino Última Hora, determinado pelos militares. O diretor Ary de Carvalho (que mais tarde tirou o “de” do nome ao fazer um teste de numerologia) conseguiu reabrir o jornal um mês depois, na mesma redação, no prédio do cinema Rex, na Rua Sete de Setembro, próximo à Empresa Jornalística Caldas Júnior.

Verificamos que, inicialmente, o Jornal Última Hora tinha seu funcionamento no centro de Porto Alegre e que, após seu fechamento, o seu então diretor conseguiu negociar sua reabertura com os militares. Continuando com Ramos (2015, p. 1):

O diretor da Última Hora em Porto Alegre, Ary de Carvalho (1934-2003), acertou a compra do jornal com Samuel Wainer, que estava exilado na Embaixada do México no Rio, e passou a negociar com o governo militar a reabertura do impresso. Uma das exigências é que não poderia ter o mesmo nome. O diagramador argentino Anibal Bendati (1930-2009), professor na PUCRS e na Ufrgs, contou que, na época, projetou dois logotipos, um como Últimas Notícias e outro como Zero Hora, alternativas que lembrassem a UH. Quando o jornal foi lançado, em 4 de maio de 1964, Ary de Carvalho optou pelo nome Zero Hora e a mesma cor azul de seu antecessor.

Diante do exposto, compreendemos o processo de surgimento do Jornal Zero Hora, ocorrido em razão de negociações com o governo militar. É nesse tocante que nos atemos, pois o jornal, desde o início, esteve ligado ao poder dominante. Esse fato contribui para a representação social que esse veículo de comunicação criou no imaginário da população, isto é, uma mídia manipuladora, defensora de seus

interesses e da manutenção do *status quo*. Essa nossa posição pode ser constatada ao longo da dissertação com as inúmeras entrevistas apresentadas. Por fim, o atual prédio sede do jornal foi inaugurado em maio de 1960 (RAMOS, 2015). Na figura 6, trazemos uma fotografia do prédio do jornal e sua localização, enquanto a figura 7 retrata uma imagem georreferenciada da área de localização.



Figura 6 - Sede do Jornal Zero Hora, Avenida Ipiranga, Porto Alegre/RS
Fonte: O autor, 2018

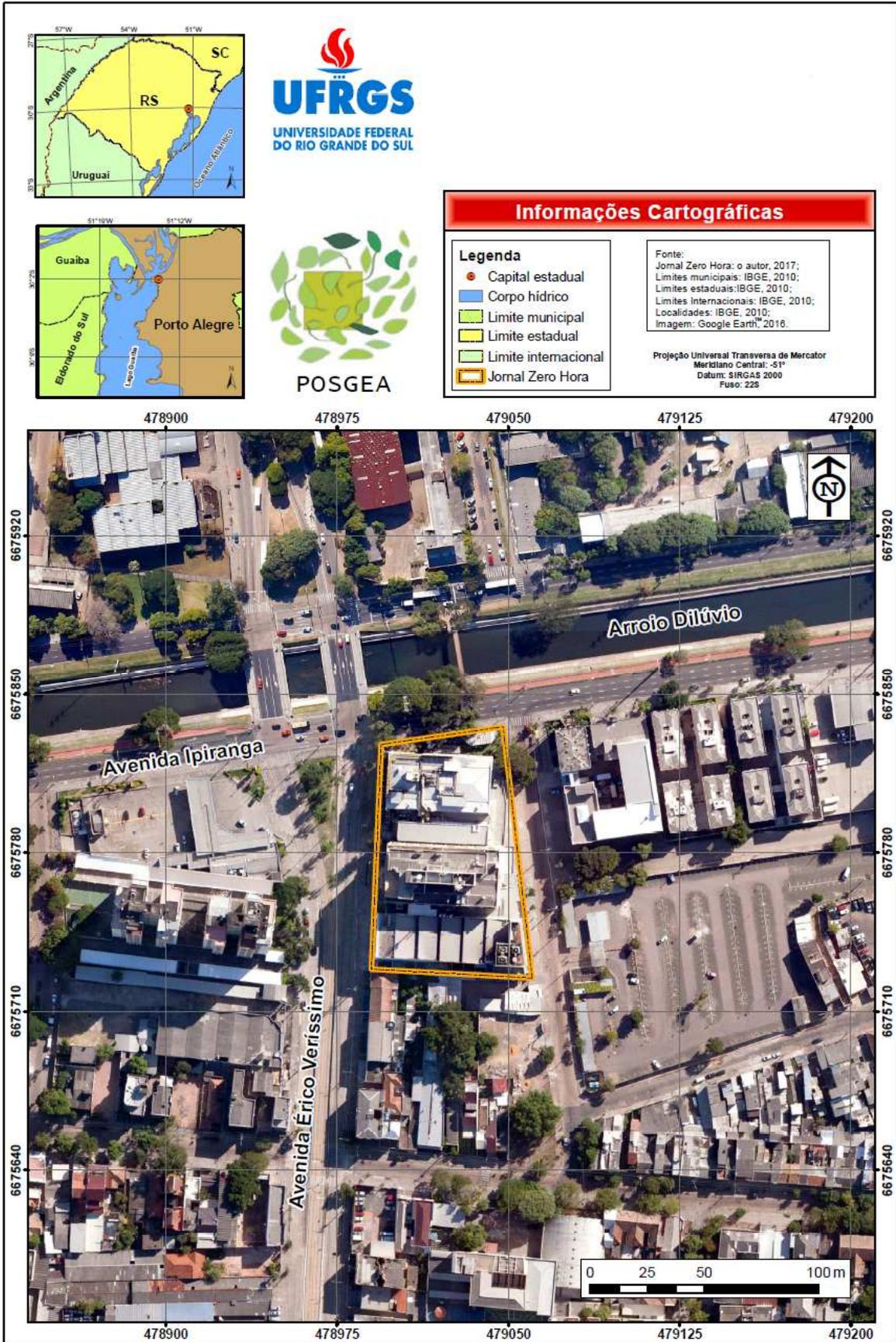


Figura 7 - Carta-imagem da localização do Jornal Zero Hora georreferenciada
 Fonte: Imagem trabalhada pelo acadêmico Emílio Santos, 2017

4 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

“Nem a alta do dólar ou o aumento da inflação podiam ser o motivo decisivo das revoltas. Ao contrário, a perplexidade adveio da manifestação puramente política, ainda que detonada pelos aumentos de tarifas de transporte público.”

Lincoln Secco

Inicialmente, utilizamos um pequeno expediente para contextualizar a alcunha “Jornadas de Junho” para que a mesma não seja confundida com outros momentos da história. Dessa forma, a referência para o fenômeno ocorrido no Brasil em junho de 2013 é encontrada no livro “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”⁴. Nesse contexto, Singer (2013, p. 24) apresenta:

As jornadas originais constam de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* como nada menos que "o mais colossal acontecimento na história das guerras civis europeias". Trata-se do momento em que, na conjuntura aberta pela revolução de 1848, o proletariado de Paris lança-se a uma tentativa insurrecional, sendo esmagado pela repressão à bala comandada pelo general Cavaignac. Apesar da derrota armada, Marx empenha-se em registrar que os insurretos sucumbiram com todas as honras, tendo feito a Europa tremer "frente ao terremoto de junho".

Com as palavras do pesquisador é possível inserir, em nossa pesquisa, o contexto em que se encontra a denominação “Jornadas de Junho” para os acontecimentos de junho de 2013 no Brasil. Continuando com Singer (2013, p. 24):

O junho brasileiro também produziu um tremor de terra, porém não chegaria a qualificá-lo de terremoto, uma vez que o travejamento fundamental da ordem não foi questionado. As relações de classe e propriedade não estiveram diretamente no centro das manifestações e as regras do jogo político foram visadas de maneira difusa. Prova disso é que as propostas de Constituinte exclusiva e plebiscito para a reforma política caíram no vazio, tendo sido esquecidas quase logo depois que o mês acabou.

4 De autoria de Karl Marx, o livro retrata de forma concreta os acontecimentos revolucionários ocorridos, entre 1848 e 1851, na França. É considerado um dos livros mais importantes do marxismo, onde encontramos os fundamentos do materialismo histórico (LARA, 2009).

Singer (2013, p. 24) conclui:

Por que falar em abalo sísmico, então? Porque em certo momento os protestos adquiriram tal dimensão e energia que ficou claro estar ocorrendo algo nas entranhas da sociedade, algo que podia sair do controle. Mas nunca restou nítido o que estava acontecendo.

Para além dos efeitos e desdobramentos das Jornadas de Junho, que serão discutidos ao longo da dissertação, entendemos, então, a origem de tal denominação e acrescentamos que, assim como encontrado na literatura, ao longo da totalidade do texto, evitando inúmeras repetições, utilizamos, em referência ao fenômeno, diversos termos, tais como: “Jornadas de Junho”, usado em maiúsculo por se tratar do nome “oficial” e por ser o mais amplamente divulgado; “revoltas de junho”; “movimentos de junho”; “protestos de junho”; entre outros.

Após esse breve preâmbulo, informamos que o presente capítulo reúne uma análise do que foram as Jornadas de Junho de 2013. Para cumprir com seu objetivo realizamos um breve estudo referente aos precedentes e contexto histórico em que o movimento está inserido, posterior teorização sobre os fatos em si, ou seja, a ação promovida pelos diferentes grupos e, por fim, o arrefecimento dos movimentos.

4.1 O CONTEXTO HISTÓRICO

As Jornadas de Junho de 2013, encontram-se, conforme verificado no sugestivo nome, temporalizada no ano de 2013. Nesse período, o país entrava na segunda metade do primeiro governo Dilma Rousseff e encaminhava-se para o fechamento de onze anos de governos petistas. A crise financeira mundial ainda não era “sentida” de forma acentuada pelo país e as políticas sociais, implantadas desde os governos de Lula, logravam relativo êxito.

Esse marco temporal está intrinsecamente relacionado com a totalidade do período de governos petistas e, da mesma forma, com os demais períodos da história do país. É possível afirmar que o refletido em 2013 foi resultado do agravamento das condições sociais no período neoliberal vivenciado em décadas passadas e no presente, porém para análise do contexto utilizamos o recorte de tempo relacionado aos governos Lula e Dilma, conforme segue em nossos escritos.

O início do novo milênio trazia esperanças para as demandas reprimidas do povo brasileiro, afinal pela primeira vez um operário, do campo democrático da esquerda, possuía reais condições de vencer as eleições presidenciais marcadas para o ano de 2002. Nas palavras de Souza (2015b, p. 115):

Em 2002, com a eleição do ex-operário e líder sindical Luis Inácio Lula da Silva, presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, para a presidência da República, generalizou-se o sentimento, entre amplos setores da esquerda, de que finalmente, uma constelação política comprometida com mudanças substanciais (entre elas a reforma agrária) chegaria ao poder de Estado.

No entanto, o que observamos no período da esquerda no poder não foi a redistribuição de renda, pois esta é efetivada mediante políticas como a taxação de grandes fortunas, por exemplo, ou o combate aos privilégios. Esse período, em verdade, foi de implantação de políticas sociais realizadas com reservas financeiras. Desde a “carta ao povo brasileiro”, escrita pelo então candidato Lula, quando das eleições de 2002, com promessas de não alterar as políticas macroeconômicas, honrar contratos, etc. verificava-se que não havia disposição em “atacar” os privilégios, mesmo com o amplo apoio da sociedade e dos movimentos sociais. A não disposição de atacar os privilégios ficou ainda mais evidente quando empossado e mediante as alianças realizadas em nome da governabilidade, aderindo ao presidencialismo de coalizção, e diante da proposta de reforma da previdência, efetivada em 2003.

Ao encontro da constatação de que os governos petistas não realizaram a “revolução” necessária nas estruturas sociais, encontramos o discurso dos entrevistados, onde há uma convergência e similaridade nas respostas sobre a representatividade do sistema em que vivemos. Nas palavras da entrevistada A. H.:

Não é. O sistema oferece brechas. A gente tem um mandato aqui e outro ali comprometido com a população pobre e as pautas dos movimentos sociais organizados, mas ele por si só são insuficientes pra mudar toda uma estrutura secular de exploração e opressão.

Dessa maneira, é possível observar o centro de seu discurso, qual seja, pautado pela fala de que o sistema vigente não é capaz de solucionar todos os problemas sociais enfrentados pela população do país, por mais que, em determinados momentos da história, haja a assunção ao poder de governantes

comprometidos com as causas progressistas, como ocorrido nos governos petistas. Podemos inferir, ainda, que isso decorre da falta de força dos governos em promover mudanças estruturais por estarem emaranhados em um sistema de privilégios e que não será através da via institucional que as mudanças ocorrerão.

Isso posto, dizemos que houve ganhos para as classes menos favorecidas no país com programas de acesso ao ensino superior, Programa Universidade para Todos (ProUni), Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (ReUni) e de transferência de renda, como o Bolsa Família, para citarmos alguns exemplos, mas de outro lado a elite nacional nunca obteve lucros extremamente elevados como no período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, o abismo social presente na sociedade brasileira permaneceu. A reflexão de Rolnik (2013, p. 9) contribui para a nossa análise:

A questão urbana e, particularmente, a agenda da reforma urbana, constitutiva da pauta das lutas sociais e fragilmente experimentada em esferas municipais nos anos 1980 e início dos anos 1990, foram abandonadas pelo poder político dominante no país, em todas as esferas. Isso se deu em prol de uma coalização pelo crescimento que articulou estratégias keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, voltado única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado, do qual o projeto Copa/Olimpíadas é a expressão mais recente... e radical.

Reafirmamos, portanto, que não há como conciliar os interesses neoliberais com uma agenda minimamente comprometida com o “ataque” aos privilégios, que pretenda promover mudanças na estrutura social. Os governos petistas, assim, foram caracterizados, de um lado, por fazer benesses ao capital, seguindo a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI); de outro, por construir políticas públicas com alguns avanços para as classes menos abastadas. Isto significa governar sem contrariar interesses o que no conhecimento popular denominamos de “agradar a dois senhores”. No entanto, sabemos que governar exige “escolher” lado, tomar decisões, que inevitavelmente desagradarão interesses de um lado ou de outro.

Nesse contexto, o Brasil era frequentemente referenciado como o país subdesenvolvido que “deu certo”; vivíamos a expectativa da Copa do Mundo de 2014, dos Jogos Olímpicos de 2016 e o legado que esses dois grandes eventos produziram no país.

Porém, um país que não resolve suas mazelas, não traça um plano para solucionar seus problemas estruturantes de forma efetiva, que se utiliza de mecanismos paliativos para criar um panorama de falso bem-estar social, abre caminho para insatisfações, contestações e até mesmo processos de ruptura efetivados por golpes de estado. É nesse quadro que surgem os movimentos denominados de Jornadas de Junho de 2013 que, de fato, iniciaram antes de junho daquele ano e que, para muitos, ainda não terminou.

4.2 ANÁLISE DAS REVOLTAS DE JUNHO DE 2013

Os protestos de junho de 2013 tiveram sua origem, considerando todo o contexto histórico já explicitado, no movimento contra o aumento das tarifas do sistema de transporte público nas grandes cidades do país. Assim, restam as perguntas: como é o sistema de transporte no Brasil? Como iniciaram as manifestações de junho de 2013? Como foi o desenvolvimento das Jornadas de Junho de 2013? Como foi o arrefecimento dos movimentos? Dessa forma, o presente subcapítulo realizou um panorama dos movimentos em si na tentativa de elucidar às perguntas elencadas.

4.2.1 A estrutura do sistema de transporte público no Brasil e os direitos dos cidadãos

O direito ao transporte público no Brasil é garantido na Constituição Federal de 1988, ou seja, é caracterizado como um direito constitucional. Com o auxílio da Constituição Federal (Brasil, 2017, p. 41) encontramos, no referido dispositivo legal, acostado no inciso V do artigo 30, a seguinte competência atribuída aos municípios: “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.”.

Depreende-se, então, que a Carta Magna da República concede a liberdade na forma de organização do transporte no Brasil, com isso, os municípios podem ofertar esse serviço em regime próprio ou de concessão, sendo este o modelo preponderante

em quase a totalidade do sistema operante no Brasil. É possível afirmar que o transporte público no Brasil de público só possui o nome.

Em um regime de concessão entra a figura do empresariado com alto capital de investimento e grande poder de influência no cenário político⁵. Como representante, e defensor, do capital, o grande empresário do transporte deseja obter os maiores lucros possíveis. De encontro ao fato do sistema de transporte estar inserido em um contexto capitalista, e disso advir todas as consequências inerentes a esse sistema econômico, está o princípio social, isto é, o direito social ao transporte, inserido como tal na Carta Magna (BRASIL, 2017).

A partir das considerações elencadas, é possível observar que os interesses envolvidos na organização do sistema de transporte são conflitantes. De um lado, encontramos a sociedade e seus direitos garantidos na Constituição e, de outro lado, os interesses do capital representados na figura do empresariado. No entanto, ainda no campo dos direitos do cidadão, precisamos referenciar o direito à cidade, por estar relacionado a problemática do transporte público.

A construção da teoria do direito à cidade é desenvolvida por Lefebvre como sendo o direito de não exclusão das sociedades urbanas e, por consequência, das qualidades e benefícios da vida urbana (LEFEBVRE, 2008). Destacamos nas palavras de Lefebvre (2008, p. 139):

Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.).

Entendemos, então, o direito à cidade como uma recuperação coletiva do espaço urbano por grupos que vivem nas regiões periféricas das cidades e o viver a cidade pela coletividade. No Brasil, o Estatuto da Cidade é o dispositivo que regulamenta os artigos da Constituição Federal referente a esse direito, esclarecendo e assegurando o direito à cidade, conforme podemos verificar (Brasil, 2001, p. 1):

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

⁵ As empresas de ônibus estão entre as maiores financiadoras das campanhas ao paço municipal, basta uma simples consulta à prestação de contas dos candidatos junto ao site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para confirmarmos essa afirmação.

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

A constituição do Estatuto da Cidade, deve ser considerada como uma política de acesso aos equipamentos da cidade, a uma condição de bem-estar social. No entanto, o que verificamos, inúmeras vezes, é o surgimento do fenômeno da gentrificação⁶ que, ao “expulsar” as camadas mais pobres da população dos grandes centros urbanos, “nega” o direito à cidade para todos.

O processo de gentrificação, com as políticas higienistas, reformas de prédios, construção de novos equipamentos urbanos, que passam a cidade para a condição de revitalizada, acarreta no deslocamento de um percentual elevado da população para bairros periféricos, os quais não proporcionam a qualidade de vida ideal. Essa população perdeu sua condição de manter seus imóveis na área central.

Nesse aspecto, retomamos o Estatuto da Cidade, pois uma de suas garantias, como observado anteriormente, é o acesso ao transporte, que por seu expediente possibilita o acesso à cidade. Assim, questionamos: como uma população deslocada para regiões distantes dos grandes centros, que muitas vezes necessita de mais de um meio de locomoção para se deslocar ou, em outros cenários, sequer há acesso ao sistema de transporte público, terá seu direito à cidade garantido? Ainda no contexto da gentrificação, anteriormente determinada população possuía o acesso ao trabalho e a equipamentos de lazer de forma facilitada, pois residia próximo aos locais que frequentava. Todavia, com a “expulsão”, promovida pela gentrificação, tal população passou a depender do ineficiente, escasso e caro transporte público.

É necessário esclarecer que o fenômeno de gentrificação não é o único responsável pelo deslocamento da população para áreas periféricas, sendo esse deslocamento relacionado a todo o sistema de inclusão/exclusão promovido pelo sistema capitalista. Entretanto, a gentrificação está estritamente ligada ao direito à cidade, o qual, a partir da revitalização das áreas, somente será garantido, para as camadas populares, por meio do transporte público.

6 Bataller (2012, p. 10) contextualiza: “O fenômeno fundamentalmente urbano conhecido como gentrificação consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seu status.”.

Portanto, é no contexto de produção de gentrificações, na presença dos espaços de inclusão/exclusão, inseridos em um sistema de transporte caro, de difícil acesso e de precárias condições de oferta, que iniciaram os movimentos de junho de 2013, tendo seu mote no aumento das tarifas do transporte público nas principais capitais do país. Dessa forma, passamos à descrição cronológica e analítica dos fatos ocorridos no marco temporal selecionado para o estudo.

4.2.2 As Jornadas de Junho de 2013: o aquecimento

O iniciar de um novo ano já traz incutido para o cidadão brasileiro o pagamento de taxas, impostos e o aumento de tarifas. Enquanto o salário mínimo tem um acréscimo com mísero percentual superior à inflação, as tarifas são reajustadas, salvo raras exceções, com percentuais que inúmeras vezes superam, em no mínimo, quatro vezes o valor da inflação oficial do país. Não seria o transporte público o setor que não seguiria a cartilha do capital.

Nesse contexto, o transporte público que, como já escrito, no Brasil segue um modelo público-privado, não é a exceção quando há as majorações de tarifas no início de um novo ano. Muitos são os movimentos articulados na defesa de um transporte público acessível e de qualidade, não tendo seu início apenas no ano de 2013, conforme observamos nas palavras do MPL (2013, p. 14):

As revoltas de junho de 2013, desencadeadas pela luta organizada pelo MPL-SP contra o aumento das tarifas, não são algo inteiramente novo. Para começar a compreender esse processo é preciso que voltemos a, no mínimo, 2003, quando, em resposta ao aumento das passagens, iniciou-se em Salvador uma série de manifestações que se estenderam por todo o mês de agosto daquele ano, que ficou como a revolta do Buzu.

A organização e desencadeamento de um grande movimento, de uma grande revolta, tem suas raízes no processo capitalista de exclusão, não nascendo de forma espontânea e desconexa do contexto histórico e social. Ao encontro das palavras do MPL, trazemos a contribuição de Rolnik (2013, p. 9):

A “fagulha” das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis -, que, entre “catrações”, ocupações e manifestações foram se articulando em

redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop.

Como escrito no início deste capítulo, o descontentamento da população é um processo que se acumula ao longo dos anos, resultado de uma sociedade desigual, sem justiça social. Assim, chegamos no ano de 2013, com inúmeros aumentos das tarifas de passagem do transporte público. A tabela 1 apresenta o valor das tarifas dos ônibus nas capitais do Brasil para o ano de 2013, consolidadas até o mês de maio do ano em referência, bem como a tarifa praticada anteriormente e a informação de quando ocorreu o último aumento.

Tabela 1 - Valores das tarifas de ônibus nas capitais do Brasil em 2013 (dados compilados até o mês de maio)

Capital	Tarifa em 2013	Tarifa anterior	Ano do último aumento
Aracaju	R\$ 2,45	R\$ 2,25	2013
Belém	R\$ 2,20	R\$ 2,00	2012
Belo Horizonte	De R\$ 2,00 a R\$ 2,80	De R\$ 1,80 a R\$ 2,60	2012
Boa Vista	R\$ 2,25	R\$ 2,00	2011
Brasília	De R\$ 1,50 a R\$ 3,00	R\$ 2,50 (maior valor)	2005
Campo Grande	R\$ 2,85	R\$ 2,70	2012
Cuiabá	R\$ 2,95	R\$ 2,70	2012
Curitiba	R\$ 2,85	R\$ 2,60	2013
Fortaleza	R\$ 2,20	R\$ 2,00	2013
Florianópolis	R\$ 2,90	R\$ 2,95	2011
Goiânia	R\$ 3,00	R\$ 2,70	2013
João Pessoa	R\$ 2,30	R\$ 2,20	2013
Macapá	R\$ 2,30	R\$ 2,30	2010
Maceió	R\$ 2,30	R\$ 2,10	2012
Manaus	R\$ 3,00	R\$ 2,75	2013
Natal	R\$ 2,40	R\$ 2,20	2013
Palmas	R\$ 2,50	R\$ 2,20	2012
Porto Alegre	R\$ 2,85	R\$ 2,85	R\$ 0,20, em 2013, suspensão pela justiça
Porto Velho	R\$ 2,60	R\$ 2,30	2010
Recife	De R\$ 1,50 a R\$ 3,45	De R\$ 1,40 a R\$ 3,25	2013
Rio Branco	R\$ 2,40	R\$ 1,90	2011
Rio de Janeiro	R\$ 2,95	R\$ 2,75	2013
Salvador	R\$ 2,80	R\$ 2,50	2012
São Luís	R\$ 2,10	R\$ 1,70	2010
São Paulo	R\$ 3,20	R\$ 3,00	2013
Teresina	R\$ 2,10	R\$ 1,90	2012
Vitória	R\$ 2,45	R\$ 2,35	2013

Fonte: Adaptado de <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/05/onze-capitais-brasileiras-tem-reajuste-na-tarifa-de-onibus-em-2013-veja-lista.html>, 2017

Os dados obtidos na tabela 1 foram compilados de notícias publicadas durante o mês de maio de 2013, momento em que os movimentos contra o aumento das passagens intensificavam-se. Ao analisar os dados é possível observar que, em

apenas cinco meses do ano de 2013, onze capitais do país tiveram aumentos em suas tarifas de ônibus.

Os aumentos, nas capitais que tiveram o reajuste no ano de 2013, considerando o marco temporal de janeiro a maio, variaram de 4,2% a 11,1%, conforme cálculos realizados a partir dos dados apresentados na tabela 1. Na tabela 2, apresentamos a comparação entre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado até maio de 2013 e o índice de reajuste das tarifas, apoiada em dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017) e compilados com os cálculos efetuados a partir da tabela 1. Ressaltamos que a escolha do índice para fins de comparação recaiu sobre o INPC e não sobre o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pelo fato desse ser calculado a partir dos dados obtidos junto à população com rendimentos compreendidos entre um e cinco salários mínimos, ou seja, a população onde encontramos o maior estrato de usuários do transporte público.

Tabela 2 - Índice de aumento das passagens em 2013 e INPC de janeiro a maio de 2013

Capital	Índice, aproximado, de reajuste da tarifa em 2013	Índice INPC janeiro a maio de 2013
Aracaju	8,89%	3,02%
Curitiba	9,62%	3,02%
Fortaleza	10,00%	3,02%
Goiânia	11,11%	3,02%
João Pessoa	4,55%	3,02%
Manaus	9,09%	3,02%
Natal	9,09%	3,02%
Recife	6,15%	3,02%
Rio de Janeiro	7,27%	3,02%
São Paulo	6,67%	3,02%
Vitória	4,26%	3,02%

Fonte: O autor, 2017

A leitura da tabela 2 permite verificar que, enquanto o índice INPC acumulado entre os meses de janeiro a maio de 2013 foi de 3,02%, o índice mínimo de reajuste nas tarifas de ônibus, das capitais que obtiveram reajustes até o mês de maio do ano em estudo, foi de 4,26% e o maior índice observado foi de 11,11%. Enquanto índice médio de aumento, nas onze capitais, esse foi de 7,88%, ou seja, superando em mais

de 4% o índice INPC para o período. Fazemos referência, ainda, que em Porto Alegre o aumento autorizado foi de aproximadamente 7,5%, em valores reais R\$ 0,20. Entretanto, o aumento foi suspenso pela justiça.

Em Porto Alegre, município em que encontramos espacializado nosso objeto de estudo de forma mais estrita, os primeiros atos contra o aumento das tarifas de ônibus iniciaram no mês de janeiro, possuindo uma peculiaridade para o ano de 2013. Isto porque ocorreu uma união entre grupos partidários, anarquistas e cidadãos não vinculados a qualquer tipo de organização política, uma vez que em anos anteriores, os protestos eram idealizados e realizados por grupos políticos, em sua quase totalidade ligados a partidos de centro-esquerda e de esquerda. Esse fenômeno será importante para compreendermos a dimensão dos movimentos ocorridos em junho daquele ano.

Os protestos contra o aumento das tarifas do transporte público iniciaram antes mesmo de qualquer indicativo de reajuste, capitaneados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, grupo composto por integrantes de partidos, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o PT, além de movimentos anarquistas e de manifestantes oriundos de outros movimentos. Nas palavras de Oliveira (2013, p. 1):

No dia 21 de janeiro, não mais que 200 pessoas percorreram em marcha o Centro da capital gaúcha com uma única pauta expressa nos gritos, nas faixas e nos cartazes: a tentativa de barrar o aumento da passagem de ônibus, que subiria de R\$ 2,85 para R\$ 3,05. No dia 18 de fevereiro, um novo ato foi realizado, com as mesmas proporções e características.

Assim, é possível confirmar que as manifestações de junho de 2013, por mais que tenham assumido uma maior dimensão; possuem seu embrião, quando falamos de contexto social, na desigualdade promovida pelo sistema capitalista e, nos protestos contra o aumento das tarifas do transporte público, quando falamos no marco temporal de 2013.

Contribuindo para a nossa análise, trazemos o discurso da entrevistada A. H., quando questionado sobre o seu entendimento do que foram as manifestações de junho de 2013:

Foi um momento muito progressivo. Uma franja enorme da população trabalhadora que não era sindicalizada e já trabalhava em péssimas condições de trabalho saiu às ruas pra reivindicar mais direitos. Esses direitos tinham a ver com algo que salta aos olhos e pesa no bolso de todo mundo: o

direito à cidade. Primeiro foi o transporte, depois foi o país da Copa também ser o país das remoções e da violência policial...

Na análise do discurso é possível identificar a ideologia da mudança; as palavras da entrevistada são permeadas pelo desejo de conquista de direitos. Essas palavras ratificam que os protestos de junho perpassaram o aumento das tarifas do transporte público, trouxeram no seu bojo uma série de reivindicações que estavam adormecidas pelo fato de à época vivenciarmos uma falsa igualdade de direitos. Ainda no campo de análise do discurso da entrevistada, podemos retomar o direito à cidade, já referenciado na presente dissertação, que também é reforçado pela fala apresentada.

Na figura 8, podemos observar o primeiro protesto ocorrido, em Porto Alegre, no dia 21 de janeiro de 2013.



Figura 8 - Primeiro protesto em Porto Alegre - 21/01/2013

Fonte: Ramiro Furquim/Sul21, 2013

No decorrer do ano e com o anúncio do índice de reajuste das tarifas, as manifestações se intensificaram, culminando em um grande ato no dia 1º de abril. Oliveira (2013, p. 1) afirma:

Junho chegou mais cedo em Porto Alegre. No dia 1 de abril, cerca de cinco mil pessoas ocuparam as ruas da cidade para exigir a diminuição da tarifa de ônibus. O ato foi o maior na cidade até aquele momento e não registrou nenhum confronto entre policiais e manifestantes – característica que só

passaria a se cristalizar de forma contínua na cidade a partir da metade de junho.

Com as palavras de Oliveira (2013) é possível verificar, mais uma vez, que os atos realizados no mês de junho de 2013 são conectados e originários das manifestações contra o aumento das tarifas ocorridas desde o início do referido ano. Adiantando os próximos capítulos, ressaltamos que até o presente momento os movimentos estavam imbuídos na construção de uma nova sociedade, ou de um princípio de nova sociedade, lutando contra o *status quo* e reivindicando a implantação de um sistema de passe livre, fato este que poderá ser constatado no decorrer da leitura.

A figura 9 apresenta uma foto de uns dos momentos ocorridos durante o protesto de 1º de abril, onde é possível observar a Avenida Júlio de Castilhos, localizada na região central de Porto Alegre, tomada pelos manifestantes.



Figura 9 - Manifestação ocorrido em 01/04/2013

Fonte: Carlos Eduardo de Quadros/Sul21, 2013

Através de uma ação na justiça, o reajuste aprovado pelo poder público, foi revogado, conforme apontado por Oliveira (2013, p. 1):

O próximo ato ocorreu no dia 4 de abril e se transformou em uma festa na chuva, pois os manifestantes comemoravam a derrubada do aumento para

R\$ 3,05 na Justiça. Uma ação movida pela bancada do PSOL na cidade foi acatada pelo Judiciário e fez a passagem retornar a R\$ 2,85.

Assim, o movimento passa a levantar a bandeira pela redução da tarifa, ocorrendo um arrefecimento, com aglutinações de outras causas, para posterior confluência com o restante do país no mês de junho. Ainda com Oliveira (2013, p. 1):

Com isso, a bandeira de redução da passagem para R\$ 2,60 passou a ser empunhada com mais força pelos ativistas. O protesto do dia 11 de abril levou pelo menos mil pessoas até a sede da Associação dos Transportadores de Passageiros (ATP) – que reúne os empresários que operam o transporte público em Porto Alegre – para denunciar a ausência de licitação no setor. Na ocasião, os vidros da fachada da entidade foram quebrados, mas não houve confronto com a polícia.

Esse foi o panorama do início dos protestos de junho de 2013, focando os temas comuns e os protestos em Porto Alegre que, conforme foi possível examinar, são a expressão máxima de movimentos iniciados em janeiro daquele ano, cuja origem foram as manifestações contrárias ao aumento das tarifas do transporte público. No continuar da presente dissertação, abordamos o mês de junho de 2013 propriamente dito, com posterior análise do arrefecimento dos movimentos.

4.2.3 As Jornadas de Junho de 2013: o mês de junho

Neste subcapítulo, não tratamos os dados de forma isolada, isto é, não fazemos um apanhado único e exclusivamente dos movimentos realizados em Porto Alegre, pois consideramos que o objetivo deste capítulo é a análise dos protestos enquanto ação promovida e não necessariamente seus resultados no território. A análise das implicações territoriais é o objetivo da dissertação em sua totalidade e será abordado em capítulo posterior.

Seguindo nesta linha de raciocínio, o início do mês de junho ainda tinha os movimentos centrados na luta pela redução ou revogação dos reajustes das tarifas do transporte público, tendo São Paulo como o maior epicentro dos protestos. Nesse estado, as manifestações foram organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) que sempre reivindicou um caráter autonomista e descolado da agenda política para os protestos.

A ação promovida era marcada via redes sociais, *facebook*, *twitter*, entre outras, e visava trancar ruas e realizar caminhadas nas vias públicas. Nos primeiros dias de protesto não ocorreram grandes conflitos com a polícia e até esse momento a mídia tradicional, entendida como emissoras de rádio, televisão e por jornais impressos, repercutia de maneira negativa as manifestações, focando principalmente nas depredações cometidas por uma minoria dos participantes.

No continuar do mês, em 11 de junho, ainda em São Paulo, o movimento tem um grande confronto com a polícia, reverberando em um importante marco para o continuar das manifestações e para o avanço em todo o Brasil. Conforme Singer (2013, p. 24, 25):

Na terceira convocação do MPL, para a terça, 11, outra vez reuniram-se 5 mil pessoas, mas houve verdadeira batalha campal com as legiões da ordem. Muitas cenas de violência policial e destruição do patrimônio por grupos de jovens foram reportadas pelos jornais. A repetição e intensificação dos embates levaram o governador paulista, Geraldo Alckmin, a anunciar um endurecimento para a quarta demonstração (na quinta, 13), quando um número indefinido de pessoas - a Polícia Militar (pm) calculou 5 mil, segundo os organizadores havia 20 mil - marchou pacificamente do centro da cidade até a rua da Consolação, sendo impedidas de prosseguir em direção à avenida Paulista. A partir daí inicia-se repressão violentíssima, que se espalha por ampla região da pauliceia, tendo a PM atuado sem controle por horas, atingindo transeuntes e jornalistas de maneira indiscriminada. Depoimentos de partícipes e observadores deram conta de policiais "enlouquecidos" e "cenas de guerra" a céu aberto.

Em Porto Alegre, no dia 13 de junho, seguindo a lógica dos acontecimentos no restante do país, sobretudo na capital paulista, o protesto teve o seu primeiro grande confronto com a Polícia Militar, na descrição de Oliveira (2013, p. 1):

O primeiro grande protesto do mês de julho em Porto Alegre ocorreu no dia 13. Neste dia, a cavalaria da Brigada Militar acompanhou a marcha pelas laterais e o clima se mostrou tenso desde o início. O confronto aberto ocorreu quando a marcha chegou na Cidade Baixa e as ruas do bairro ficaram repletas de gás lacrimogêneo. Foi o primeiro grande choque entre a Brigada Militar e os manifestantes.

A Figura 10 registra o primeiro confronto ocorrido com a Polícia Militar em Porto Alegre.



Figura 10 - Confronto ocorrido entre policiais e manifestantes em junho/2013
Fonte: Ramiro Furquim/Sul21, 2013

É a partir dos primeiros confrontos que inicia a alteração da natureza do movimento, com grande auxílio da mídia, que passa a tratar a cobertura jornalística de maneira “imparcial”. Com a contribuição de Lima (2013, p. 92) referendamos nossa análise:

A primeira reação foi de condenação pura e simples. As manifestações deveriam ser reprimidas com rigor ainda maior. À medida, no entanto, que o fenômeno se alastrou, a velha mídia alterou radicalmente sua avaliação inicial. Passou então a cobrir em tempo real os acontecimentos, como se fosse apenas uma observadora imparcial, que nada tivesse a ver com os fatos que desencadearam todo o processo.

Movida por seus interesses, sendo estes vinculados ao capital, a grande mídia muda sua atitude, passando a apoiar os atos, na tentativa de incluir outras pautas e descaracterizar o movimento. Nesse tocante, continuamos com Lima (2013, p.92):

O que começou com veemente condenação transformou-se, da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes.

É nesse momento que as manifestações ganham grandes proporções, com as centenas de participantes transformando-se em centenas de milhares e sendo replicada por praticamente todo o território nacional e não somente nas capitais.

Começa então a fase dos cartazes, quando a população que adentra a partir desse instante nos movimentos, empunha o seu cartaz com a sua reivindicação. São inúmeras e incontáveis frases, entre as quais: "Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação", "Queremos hospitais padrão Fifa", "O gigante acordou", "Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação", "Todos contra a corrupção", "Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e Traição", "Fora Alckmin", "Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar". Souza (2015b, p. 109) teoriza sobre essa fase da seguinte forma:

A pauta socialmente crítica e mesmo anticapitalista inicial, trazida pelo MPL, foi sendo, aos poucos, engolfada e parcialmente eclipsada por uma pauta muito mais vasta e muito mais amorfa ideologicamente, na qual foram sobressaindo reivindicações e interpretações "bem comportadas" (isto é, conformes à essência do status quo capitalista e pseudodemocrático, como o combate à corrupção e a rejeição de atos legislativos específicos) e, em parte, moralistas e até reacionários (como o ódio manifestado por skinheads e outros indivíduos e grupos de direita contra os "comunistas", os "vermelhos" etc.).

Já não era mais um movimento de reivindicações adormecidas, imbuído na construção de uma nova organização social, as classes mais abastadas adentram ao movimento; seja àquela com uma profunda aversão aos partidos políticos tradicionais entoando frases como "sem partido" quando da tentativa dos manifestantes identificados com as agremiações políticas de empunharem suas bandeiras partidárias, seja àquela identificada com partidos de extrema direita. Refletindo sobre esse fato, trazemos a hipótese de que aqui está o "nascido" do Movimento Brasil Livre (MBL).

O movimento original começa a perder seu "brilho" e, assim, inicia-se o processo de arrefecimento, analisado na sequência.

4.2.4 As Jornadas de Junho de 2013: o arrefecimento

De início trazemos, a partir do gráfico 1, o número de participantes nas manifestações durante o mês de junho de 2013, compilados para a totalidade de manifestantes no Brasil.



Gráfico 1 - Número de manifestantes, ao longo de junho de 2013, no Brasil
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de adaptação do apresentado por SECCO (2013)

O ápice dos movimentos, conforme podemos observar, ocorreu em 20 de junho com cerca de 3 milhões de participantes em todo o território nacional. Essa data coincide com os acontecimentos apontados no subcapítulo anterior, isto é, ocorreu uma forte repressão policial, uma mudança de atitude da mídia e a tomada dos protestos por grupos diversos daqueles que até então conduziam o processo. Nessa perspectiva, valemo-nos das palavras da entrevistada T.S.K. que, ao ser questionada se as manifestações poderiam ser divididos em fases, afirma:

Acho que dividir em três fases, como principais na minha visão da época: a pelos 0,20 centavos, pós aumento injustificado das passagens de ônibus (1); a que não era pelos 0,20 centavos, mas porque percebíamos que tínhamos condições de buscar um sistema político mais representativo (2); e a que nos convenceu de que a coisa toda tinha virado um movimento de partidos políticos que usavam da multidão para embelezar os seus próprios números (3). Acho que nessa última fase já nos sentimos massa de manobra o suficiente para não querer mais lotar as ruas. A partir daí, o comando foi assumido mais à direita (como MBL) e se tornou mais parecido com a política que a primeira fase criticava.

Identificamos no discurso da entrevistada uma possível divisão do movimento em três fases, onde podemos depreender que a fase dos “0,20 centavos” antecede e permeia o mês de junho. Fica claro que todos os movimentos ocorridos em 2013, anteriores a junho daquele ano, estão englobados na fase dos “0,20 centavos”. A segunda fase, apresentada no discurso, coincide com a tentativa de construção de

uma nova lógica no sistema vigente, com a construção de uma pauta de uma juventude idealista.

Adentrando na terceira fase, percorrida nas palavras da manifestante, e comparando ao gráfico do número de participantes no mês de junho é possível observar que os movimentos, que outrora conseguiram revogar os aumentos das tarifas do transporte público e conquistaram alguns direitos, como o transporte público metropolitano gratuito para estudantes de baixa renda no estado do Rio Grande do Sul, perderam sua força, são “abafados” pelos movimentos comportados da classe média e pelo surgimento de um grupo com pensamentos de extrema direita. É nesse momento que as Jornadas de Junho perdem força, perdem adesão; as pautas progressistas e de construção de uma nova sociedade já não conseguem suplantar a lógica cristalizada do sistema político e social em que estamos inseridos.

Em nossa visão, compreendemos que a primeira e segunda fases referenciadas no discurso podem ser tratadas como uma única, considerando os objetivos almejados pelos movimentos. Por isso, complementando a entrevistada, entendemos o movimento em duas fases distintas, a partir da união das duas primeiras mencionadas e a terceira de forma isolada.

Por fim, como guisa de síntese do capítulo, trazemos nossa opinião do que foram as Jornadas de Junho de 2013. Entendemos o movimento, em seu início, como o ideal de transformação de uma geração que não vivenciou o contexto de ditadura, do movimento pelas diretas ou dos protestos dos “Caras Pintadas”. Esta é uma geração que cresceu em um cenário com certos ganhos sociais, mas esses ganhos não foram capazes de responder a todas as demandas advindas do novo milênio, tais como as questões de gênero, questões étnicas, o ter voz para opinar nos rumos do país. Tampouco, tais ganhos, ainda insuficientes, foram capazes de alterar a estrutura de sociedade desigual em que vivemos.

A juventude do início do movimento encerrava o ideal de transformação, de ganhos de direitos. Essa juventude foi “sufocada” por outras pautas, como o antipetismo, a partir do apoio da elite e da grande mídia, fazendo com que o movimento entrasse em declínio e assumisse outro viés.

Na sequência lógica construída para esta dissertação, o próximo capítulo é dedicado à abordagem do elemento identitário, ou seja, a presença da identidade coletiva para a concretização do movimento.

5 A IDENTIDADE COMO MOTOR DE AÇÃO

“De um lado, a identificação consiste, em um sentido lógico transitivo, em designar e nomear qualquer coisa ou qualquer um, e depois em caracterizar sua singularidade. De outro lado, em um sentido intransitivo e por vezes reflexivo, e entendendo a identidade como similaridade, a identificação consiste em se assemelhar a qualquer coisa ou a qualquer um e se traduz, principalmente, tanto para o indivíduo como para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de coesão sociais.”

Mathias Le Bossé

A presente pesquisa possuiu por objetivo geral a análise da possível formação de territórios dissidentes quando da manifestação social em espaços que representam signos. Sendo tal análise alicerçada no movimento das Jornadas de Junho de 2013 e nos espaços da Praça da Matriz, Praça Montevideu e sede do Jornal Zero Hora, localizada na Avenida Ipiranga. Portanto, após a realização de um panorama dos signos e dos movimentos, adentramos no estudo da formação dos territórios dissidentes. Para tanto, partimos da análise da identidade como motor de ação dos movimentos sociais.

5.1 IDENTIDADE: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

A discussão das mobilizações sociais recai em uma necessária abordagem da construção identitária coletiva, pois é o reconhecimento da existência de uma igualdade dentro de um grupo, com relativa homogeneidade entre os seus pertencentes, e da existência de uma desigualdade deste grupo para com o todo, que resultará no desejo de lutar por mudanças. Isto é, entendemos que uma manifestação social tem sua origem na relação intragrupo, que se encontra identificado

coletivamente, e intergrupo, onde emergem as disparidades sociais e políticas, ou seja, de direitos.

No entanto, para a construção da identidade coletiva e sua *práxis* há a precedência da formação da identidade individual, a qual passamos a discorrer brevemente. Dessa forma, compreendemos a identidade como um sistema em movimento, ou seja, em permanente adaptação e readaptação. Todos possuímos uma identidade, algo que nos identifique, que caracteriza o nosso ser enquanto condição social. A identidade envolve as subjetividades dos atores sociais, é forjada a partir de suas vivências, suas histórias de vida, angústias, aspirações, visões de mundo. Bauman (2004, p.21-22) em seus estudos afirma:

Sim, de fato, a “identidade” só nós é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais [...].

A identidade, assim, é uma confluência entre a história do indivíduo, seu contexto social e seus projetos, por isso da sua característica de estar sempre em movimento. Portanto, é possível falarmos em diversas (re)adaptações identitárias que assumiremos ao longo da vida.

As trocas dos saberes, das práticas, atuarão na permanente construção da identidade do indivíduo. Dessa forma, não é possível afirmar que a identidade é imutável, fixa, por mais que ao nascermos sejamos inseridos em um conjunto de regras, signos sociais e padrões previamente concebidos. É nas trocas, nas vivências, que se construirá o nosso ser, o qual repetimos, está em constante mudança e (re)adaptação.

Ao encontro de nosso pensamento e realizando uma articulação com o teorizado por Bauman (2004), trazemos as considerações de Castells (1999, p. 23):

A construção de identidades vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço.

É possível identificar, nas palavras de Castells (1999), uma convergência para com a nossa argumentação teórica. Compreendemos que o indivíduo está inserido

em um meio social e biológico. De acordo com o autor, o meio com seus signos e com a sua natureza irá influenciar na formação da identidade do ser, que estará diretamente relacionada à concepção de mundo que este possui, a qual é perpassada pelo momento histórico e cultural. Isso posto, para exemplificarmos, o indivíduo nasce em uma família com pensamentos retrógrados e preconceituosos; pode, em um primeiro momento, esse indivíduo, preconceber sua identidade a partir desse referencial, no entanto como a identidade não é rígida, tampouco fixa, esse indivíduo poderá “assumir” outra identidade, uma identidade que defenda e lute pela igualdade, por exemplo, possibilitada pelo contato e pela troca com novas experiências, seja educação, seja convívio .

Assim, entendemos que há a presença de elementos objetivados na identidade, como o sexo e a inserção social da família (CALIN, 2009). Entretanto, como teorizando até então, a construção da identidade é subjetiva, alicerçada na interação, nas trocas, nas experiências. Ratificando nosso pensar, trazemos Calin (2009, p. 1):

Entretanto, mesmo se esta identidade “objetiva” é em grande parte atribuída ao sujeito, determinada biologicamente e socialmente nas suas características essenciais, ela deve ser o objeto de uma apropriação subjetiva, longa e aleatória, que não se consolida pouco antes da adolescência. A identidade “objetiva” não toma sentido e forma do sujeito que atravessa a elaboração de um sentimento identitário de natureza psicológica.

Após as considerações trazidas a voga, entendemos, em última análise, que a identidade individual é um “organismo” vivo e aberto, não queremos dizer com isso que para cada situação da vida cotidiana possuiremos uma identidade, mas sim que a identidade está aberta a novas construções. Portanto, a identidade será construída ao longo da vida dos sujeitos, tornando-os únicos.

A partir da identidade individual construímos nossas relações de afinidade e afeto com nossos pares, nos unimos a grupos distintos, sejam eles religiosos ou de bairro, de times de futebol ou de música. Dessa maneira, as “alianças” são construídas, os laços são fortalecidos, para que se construa uma identidade coletiva, que arrazoamos na sequência.

5.2 A IDENTIDADE COLETIVA: A NECESSÁRIA IDENTIFICAÇÃO PARA EFETIVAR A LUTA

Após a construção da identidade individual e a formatação de grupos de pertencimento, aqui também incluídos os movimentos sociais, ocorre o processo de reconhecimento do “nós” e do “eles”. Surge a configuração das disparidades, o sentimento de pertencer e, de outro lado, o de não pertencer. Emerge, na construção da arena de luta, o entendimento da presença da desigualdade social, a compreensão da disputa de classes. Nessa dimensão, encontramos a conformação da identidade coletiva política, isto é, o lutar contra a opressão. Prado (2002, p. 6) traz uma importante contribuição:

Aqui está a diferença basal entre identidade social e identidade política. A primeira se estabelece como um conjunto de atribuições e referências da pertença grupal e social do indivíduo e a segunda, por sua vez, como um conjunto temporário de significados que delimitam fronteiras na questão dos direitos sociais e, exatamente por isso, ela é experienciada como um NÓS que está sendo impedido por um ELES de realização de suas demandas sociais, portanto como uma relação antagônica.

Consideramos, então, que para a efetiva mobilização social é necessário o reconhecimento de um sistema de opressão, de um sistema não representativo. Quando, por exemplo, presenciamos o parcelamento, ou o não pagamento, dos salários dos servidores públicos, estamos diante de um cenário potencial de constituição de uma identidade coletiva política, da mesma forma quando direitos de determinados grupos, como os referentes às Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT's), não são respeitados.

Trazendo o teórico para a análise das Jornadas de Junho, foco de nosso estudo, também estamos, nos movimentos de outrora, diante da construção de uma identidade coletiva que reconhece um sistema de opressão e exclusão. No processo de reconhecimento há o entendimento da existência de um sistema que não representa a totalidade da população. Nessa perspectiva, ao ser indagada sobre a representatividade do sistema político social e econômico em que estamos inseridos, a entrevista S. O. D. apresenta o seguinte discurso:

Continuamos com uma parte significativa da população miserável, e isso é horrível quando temos um país rico em petróleo e outros produtos de destaque na economia mundial. Estamos num sistema caótico, onde aqueles

que possuem meios de existir e sobreviver bem são privilegiados e o restante da população, isto é, a maior parte da população tem que trabalhar muito para conseguir uma vida digna, ter comida para se alimentar todos os dias. Isso é horrível.

Observamos, no discurso da entrevistada, elementos que denotam a consciência da existência de classes, um processo de exclusão, com destaque para as expressões: “população miserável”, “sistema caótico”, “privilegiados”, “trabalhar muito”. É notório, na configuração do discurso, a separação entre a parcela da sociedade incluída e a parcela excluída. Esse reconhecimento e o sentimento de pertencimento junto aos seus pares são o “alicerce” para a formação da identidade coletiva que, pelo seu expediente, é inegociável para a realização da manifestação social. Articulando-se ao pensamento de S. O. D. referenciamos o discurso de R. S. N. que, ao ser questionada na mesma pergunta, afirma: “O sistema atual não me representa. Além de retirar direitos, visa o enriquecimento em detrimento à minoria.”. Como destaque no discurso, apontamos a construção “enriquecimento em detrimento à minoria” que, a mesma maneira do discurso de S. O. D., demonstra o entendimento da divisão da sociedade em classes.

É nessa linha de pensar que trazemos a contribuição de Gohn (2005, p. 32) que, a partir do seu método, reforça o que teorizamos até o presente momento, isto é, a formação da identidade individual, principalmente a partir dos seus elementos subjetivos, e o processo de reconhecimento, formando a identidade coletiva, como elementos que desencadearam uma ação. Nas palavras da autora:

Com a identidade e o reconhecimento inicia-se o processo de dar sentido às ações, individuais ou coletivas. Nesse processo, os indivíduos, de atores sociais – que ocupam diferentes lugares na estrutura social (como pais, trabalhadores, membros de alguma organização, movimento, partido, significado, religião etc.) – transformam-se em sujeitos, autores de ações históricas que ultrapassam as ações contidas no desempenho individual ou grupal.

Na figura 11, apresentamos o desenvolvimento de um esquema que demonstra os elementos e as inter-relações presentes na formação de uma manifestação social.

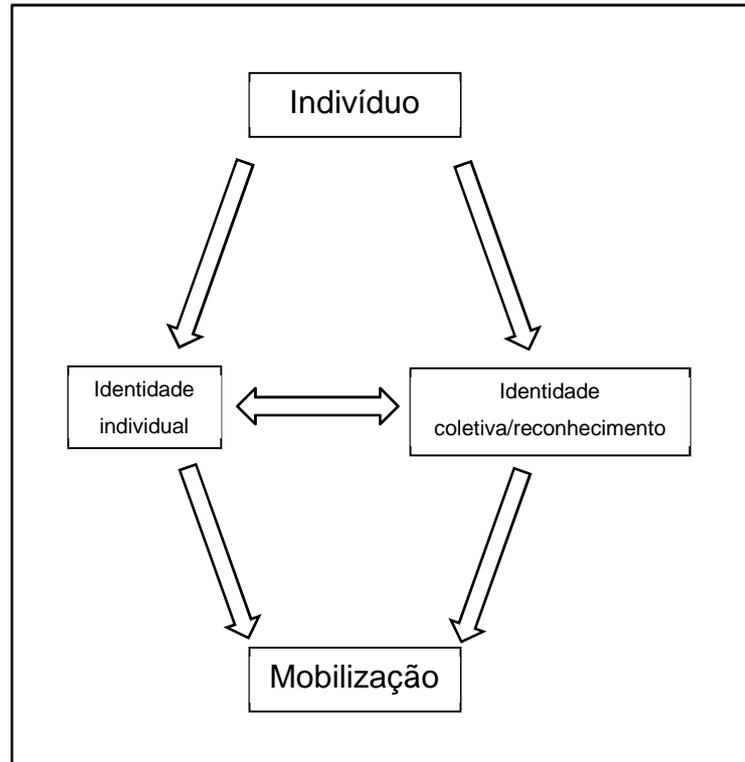


Figura 11 - Elementos e inter-relações presentes na manifestação social
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

Dessa forma, no esquema apresentado trazemos nosso entendimento da construção da mobilização, que se efetivará, em um primeiro momento, a partir da identidade individual, com posterior reconhecimento na coletividade, ou seja, o compreender a existência do “nós” e do “eles”, conforme já mencionado.

No processo de reconhecimento coletivo, concordamos com Castells (1999) que, em sua pesquisa, apresenta a proposta de três processos de construção da identidade coletiva, a saber, identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto (CASTELLS, 1999). Utilizando-se das contribuições de Castells (1999), acreditamos que, no processo de reconhecimento e construção identitária de uma mobilização social, estaremos diante da configuração da identidade de resistência. Castells (1999, p. 24) assim descreve a identidade de resistência:

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou, estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência, com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a esses últimos.

Com as palavras do autor mais uma vez é referendada a nossa posição quanto à formação da identidade coletiva existente em uma manifestação social. Logo, é

ponto pacífico que para a construção de tal reconhecimento necessitamos da presença da consciência de classes ou, como discorremos até aqui, do “enxergar” o “nós” e o “eles”.

Por fim, em caráter de abreviação, ratificamos que a identidade coletiva do movimento social nasce de uma insatisfação comum. O processo identitário coletivo legitima as ações de um grupo, as quais são carregadas de intencionalidades. Por conseguinte, compreendemos que a manifestação social só se efetivará com a presença da identidade, ou seja, um objetivo de luta, algo que unifique os sujeitos.

Na sequência estabelecida para a dissertação, o próximo capítulo é responsável pela abordagem da representação simbólica dos espaços que delimitamos para o estudo, pois na nossa proposta de entendimento da formação de um território efêmero com viés de contestação e dissidência, ocorre a imbricação entre o movimento social, com sua identidade, e o espaço representante de um poder instituído.

6 ENTRE OPÇÕES E ESCOLHAS: POR QUE ESSES ESPAÇOS?

“Neste sentido, cabe ressaltar a contradição existente dentro da sociedade atual. Afinal, o espaço público no atual momento histórico abarca todas as classes e grupos sociais que constituem nossa sociedade. Entretanto, a isonomia de direitos sobre a qual o espaço público é supostamente construído, é algo meramente ideal, isto porque a desigualdade existente no cerne de nossa sociedade produz um espaço público onde uns tem mais direitos do que outros.”

Marcelo Lopes de Souza

Durante os protestos de junho era possível verificar a insistência na tentativa de efetivar a manifestação, fato repellido, por ordem do poder público, pelas forças de segurança, nos três locais, como já escrito, a Praça da Matriz, a Praça Montevideu e a sede do Jornal Zero Hora. Assim, no caminhar desta dissertação, possuíamos como objetivo comprovar, ou não, a formação de um território dissidente a partir de um movimento, identificado coletivamente, em espaços que, para os grupos de manifestantes, representam uma estrutura do poder instituído. O presente capítulo, por seu tempo, incumbiu-se de realizar um panorama teórico do que seriam espaços simbólicos, a partir da concepção de espaço público, com uma posterior aproximação ao objeto de estudo, valendo-se, para tanto, das entrevistas realizadas com os participantes dos movimentos.

6.1 ESPAÇOS SIMBÓLICOS: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DO ESPAÇO PÚBLICO

Para iniciarmos a discussão dos símbolos presentes nos espaços escolhidos como “alvos” para a manifestação de junho de 2013, entendemos como necessário um breve apanhado sobre a noção de espaço público compreendida na atualidade.

O espaço público, pós período feudal, foi concebido como um espaço de dominação da burguesia onde as classes menos abastadas participariam do espaço público, das esferas de decisão, apenas como coadjuvantes. Assim, queremos demonstrar nosso entendimento da construção da pretensa democracia que, em verdade, é um sistema no qual não há discussão, cujo poder é atribuído a um grupo que detém o domínio das esferas de decisão. Ao povo, é permitido a participação sem grandes discussões, recaindo na democracia representativa, onde o “poder” que a população possui (entre aspas, pois será que podemos denominá-lo como tal?) é o voto em eleições ditas livres.

Nessas condições, o espaço público transforma-se em “espaço privado”, limitador da vida em coletivo, dos espaços de tomada de decisão. Serpa (2007, p. 36) traz a valorosa contribuição para os nossos estudos:

Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Conseqüentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o “outro” em um espaço que é acessível a todos.

Nesse ponto, poderíamos retomar o processo de gentrificação, que apresentamos quando do panorama das Jornadas de Junho, como uma barreira simbólica limitadora do acesso ao espaço público, conforme teorizado por Serpa.

A questão é, para que o espaço público possa ser acessado por todos, na forma como está posto, se faz necessário o processo de disputa, ou seja, de querer se fazer presente naquele espaço. Esse interim, pode ser exemplificado com a realização de feiras orgânicas, pinturas em painéis de grafite, eventos que ocupam os parques e praças das cidades, bem como manifestações sociais.

Assim, a compreensão de espaço público passa pelo entendimento da sua importância para o viver coletivo, pois é nessa arena que as práticas sócio-espaciais poderão se desenvolver. Dessa forma, os eventos que citamos, dentre muitos outros, geram a ocupação efêmera do espaço público, entrando no campo de disputa para que aquele espaço, em absoluto, seja um espaço público, de manifestação das identidades, da cultura, do viver.

Retomando a afirmação de Serpa, verificamos, como um viés de apropriação e controle do espaço público, o elemento simbólico. Em inúmeras situações, por mais que o espaço seja público, determinado grupo não se apropria daquele espaço, não o frequenta, como por exemplo as lojas de grande poder aquisitivo, em que as classes pobres não as frequentam ou, ainda, os shoppings de alto padrão com seus inúmeros seguranças que, em muitas ocasiões constroem barreiras simbólicas para a ocupação efetiva dos espaços públicos por todos.

Porém, os símbolos, agora tratados como símbolos materiais, podem ser importantes mecanismos para a promoção da ocupação do espaço público, ao representarem o imaginário de dominação, por exemplo. Nesse campo, que abordaremos os símbolos materiais (entendidos como a base física) presentes no espaço, que representam um símbolo virtual (poder instituído) atuantes no processo de configuração das manifestações de junho de 2013.

6.2 OS ESPAÇOS SIMBÓLICOS EM ESTUDO

O espaço público, então, com seus símbolos, sejam virtuais ou materiais, limitam o acesso ao espaço, criam barreiras ao pleno exercício da cidadania, do viver, do possuir representatividade no sistema. A questão que se apresenta para nós, neste momento, é a compreensão do porquê da manifestação, promovida nas Jornadas de Junho de 2013, ter, por parte de seus participantes, uma intenção primeira de efetivar os atos nas proximidades dos locais já referenciados.

Em nossas aproximações teóricas, para a resposta da questão apresentada, começamos pela compreensão de que o território não pode ser explicado apenas pelas relações de poder. Nessa leitura, a identidade, retomando as questões de identidade já apresentadas anteriormente e complementando que aqui a identidade coletiva se apresentará com repercussões na formação do território, constitui-se em um dos atributos presentes no território.

Nesse nosso caminhar de entendimento, o território está para além das relações estritamente de poder. É um espaço apropriado, ou seja, um território, que está inserido em relações de dominação e de apropriação da sociedade-espaço; que está “caminhando” em um *continuum* de relações de dominação político-econômica,

de apropriações de caráter subjetivo, cultural e simbólico (HAESBAERT, 2006). Consideramos necessário o caráter simbólico (identitário) para a formação, na leitura que estabelecemos, do possível território dissidente. Corroborando com nossa posição trazemos o posicionamento de Corrêa (2007, p. 7):

As formas simbólicas, materiais ou não, constituem signos construídos a partir da relação entre formas, os significantes, e os conceitos, os significados. As formas simbólicas, no entanto, são sujeitas a interpretações distintas, caracterizando-se por uma instabilidade de significados, por uma polivocalidade.

A afirmação do autor vai ao encontro de nosso entendimento do que os espaços em estudo refletem nos indivíduos participantes dos movimentos e possibilitam a articulação com a teoria das Representações Sociais. Moscovici (2011, p. 64) teoriza:

Pode-se dizer, contudo, que em sua grande maioria essas classificações são feitas comparando as pessoas a um protótipo, geralmente aceito como representante de uma classe e que o primeiro é definido através da aproximação, ou da coincidência com o último.

Ampliamos o sentido das palavras do autor, como ele próprio o faz em sua obra, ao transpormos a citação também para as coisas e não somente para as pessoas. Dessa forma, as formas materiais (coisas) presentes nos espaços estudados podem expressar inúmeros significados, conforme o grupo que as observa e mediante o que tal grupo possui como referencial. É o que Moscovici (2011) denomina de protótipo.

Para os participantes das Jornadas de Junho de 2013, da qual o autor da presente pesquisa também fez parte, os espaços representam o simbolismo de um poder instituído, desigual e para poucos.

Castoriadis (1982, p. 142), por sua vez, aproximando sua teoria ao poder simbólico de Bourdieu (2011), articula-se com a proposta de teoria de Moscovici (2011) ao afirmar:

Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados. Elas consistem em ligar a símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, conseqüências. – significações, no sentido amplo do termo) e fazê-

lo valer como tais, ou seja, a tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado.

Moscovici (2011) aborda a problemática, como uma das muitas formas em que constrói sua teoria, a partir da referência do protótipo, ou seja, a representação é algo familiar, interiorizada como padrão para o observador que está diante do protótipo, podendo, então, existir uma aproximação ou um distanciamento. Castoriadis (1982), ao seu tempo, trata dos símbolos como sistemas que farão com que a ligação, que aqui tratamos como identidade, na sociedade (e ampliamos o sentido para a relação sociedade/território) seja mais ou menos aceitável, de acordo com imaginário existente no grupo para com o referencial.

Para aproximar o teórico de nossa pesquisa, realizamos o seguinte questionamento aos entrevistados: *“Os três locais referenciados na questão anterior (Praça Montevideu, Praça da Matriz e sede do Jornal Zero Hora) permeiam o imaginário da sociedade do Rio Grande do Sul, para você o que esses locais representam?”*, começamos, assim, por observar o posicionamento do participante M. D. M.:

Praça da Matriz centro do poder político e religioso do Estado (ali, além do Palácio da Justiça, da Sede do Governo do Estado, do Parlamento Gaúcho dentre outros órgãos de relevância do Estado, funciona também a sede do poder atemporal da Igreja Católica através da Cúria) além de ser local de residência de muitos políticos. Lembro que buscávamos protestar até de frente ao apartamento do Prefeito da Capital, José Fortunatti. Zero Hora por sua vez representa o Império do 4º Poder no RS, representante e afiliada da Globo, portanto uma espécie de "bastilha" moderna a ser derrubada e ocupada, uma vez que são peça chave na manutenção do *status quo* em nossa sociedade.

No discurso do manifestante entrevistado, devemos destacar os seguintes recortes: “centro do poder político e religioso do Estado”, “Zero Hora por sua vez representa o Império do 4º Poder do RS”, “bastilha moderna a ser derrubada e ocupada” e “manutenção do *status quo* em nossa sociedade”. A produção dos sentidos do discurso demonstra a construção do imaginário existente frente às representações; a religião é vista como um poder, a mídia é vista como um poder para além dos poderes republicanos. Aqui, aproximando ao teorizado por Moscovici (2011), as representações sociais, para os manifestantes, são os poderes representados pelos símbolos presentes no espaço, os quais se caracterizam, na concepção de

mundo dos ativistas, como um “obstáculo” para o pleno acesso a uma sociedade com igualdade de direitos.

Articulando-se com o discurso de M. D. M., ao responder à pergunta: *“Ao longo dos inúmeros manifestos, das Jornadas de Junho de 2013, era possível identificar uma tentativa de manifestação persistente em locais delimitados (falamos aqui da Praça Montevideú, Praça da Matriz e sede do Jornal Zero Hora). Para você o que significa esses locais e o porquê de serem escolhidos como os locais de preferência para a manifestação?”*, trazemos as palavras de T. S. K.:

Acredito que essas escolhas sejam muito significativas pras ideias daquele movimento. Nesses lugares ficam os grandes responsáveis pelas coisas que lutávamos contra. A prefeitura era responsável pela autorização dos aumentos de passagens, o Estado enviava seus policiais militares para agredir aos manifestantes e a Zero Hora se preocupava em reduzir o manifesto político a vandalismo, mais do que em esclarecer os motivos que levava as pessoas às ruas ou apresentar um posicionamento crítico em relação ao comportamento do prefeito e do governador. Aliás, a neutralidade política nunca foi o posicionamento da RBS em manifestações populares e, também por isso, os manifestos sempre acabavam naquele lado da Av. Ipiranga.

As construções, “significativas pras ideias daquele movimento” e “Nesses lugares ficam os grandes responsáveis pelas coisas que lutávamos contra”, reforçam nosso entendimento das representações sociais que os símbolos concebem para os grupos de manifestantes. Destacamos, de toda a fala da entrevistada, a compreensão de que tais locais são os elementos representativos do sistema pelo qual se luta contra; vislumbra-se, desse modo, os símbolos, presentes nos espaços estudados, como a expressão máxima de uma sociedade desigual, um sistema não representativo, uma concepção positivista de sociedade; isso constrói a luta dos não incluídos no sistema, a busca por direitos fundamentais e mínimos; a busca de ser e viver, obviamente respeitando os direitos da coletividade e o princípio da autonomia coletiva, o que sua identidade persegue.

Portanto, considerando as teorias por nós elencadas e os discursos dos participantes, como síntese é preciso finalizar com o entendimento de que os espaços que estudamos, ao representarem sistemas de poder (poder governamental, religioso e poder midiático), constituem-se em um conjunto de símbolos que subjetivamente atuou na construção das identidades dos indivíduos participantes daquelas manifestações sociais, isto é, a construção da representação social, de tais símbolos, para os grupos identificados com os movimentos que, ao serem contra este

referencial, possuíam como objetivo a territorialização – efêmera - das insurgências individuais e coletivas contra o sistema instituído.

Inicialmente, a presente pesquisa apresentou os espaços dos quais acreditamos passíveis da construção de um território dissidente a partir dos protestos de junho de 2013, posteriormente delineamos o que foram as Jornadas de Junho de 2013. No continuar do caminho metodológico proposto, abordamos as identidades e os símbolos presentes no espaço. Por fim, doravante passamos a discorrer se a imbricação entre os movimentos e os espaços, com seus símbolos, foi capaz de produzir um território dissidente.

7 JORNADAS DE JUNHO DE 2013: TERRITÓRIOS DISSIDENTES?

*“O contraespaço consiste em uma forma de luta
contra o espaço instituinte, marcado
por tensões, conflitos, resistências e resiliências. O
espaço e o contraespaços estão
justapostos e convivem como pares antagônicos.”*

*Auro Aparecido Mendes; Silvia Aparecida Guarnieri
Ortigoza*

Após o percurso metodológico, adentramos no último capítulo da presente pesquisa, em que abordamos se, a partir dos discursos produzidos e da base teórica, ocorreu, mesmo que efemeramente, a produção de um território dissidente durante às Jornadas de Junho de 2013. A abordagem iniciou pela aproximação teórica ao conceito de território dissidente, no entanto para a sua correta compreensão a teorização deve partir dos estudos acerca das práticas sócio-espaciais as quais passamos a discorrer.

7.1 AS PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS

A Geografia, por muito tempo, vivenciou o *fetichismo* do espaço, em detrimento de uma análise que abarcasse, de maneira mais profunda, as relações sociais. Dessa forma, em seu “caminhar” histórico a Ciência Geográfica permanece em um contínuo processo de evolução em suas teorias e métodos permitindo, portanto, uma melhor aproximação de sua teoria à *práxis* de uma sociedade em permanente evolução e transformação. Nesse sentido, as contribuições de Lefebvre (2013), direcionaram para o entendimento do espaço social, isto é, uma nova abordagem para o espaço, que não pode ser analisado como materialidade una, ou seja, existente em si mesmo e desconexo do todo. Schmid (2012, p. 91) explicando os fundamentos da produção do espaço teorizada por Lefebvre, conclui que:

Espaço (social) é um produto (social). Para entender esta tese fundamental, é necessário, antes de tudo, romper com a concepção generalizada de espaço, imaginado como uma realidade material independente, que existe em “si mesma”. Contra tal visão, Lefebvre, utilizando-se do conceito de

produção do espaço, propõe uma teoria que entende o espaço, fundamentalmente atado à realidade social – do que se conclui que o espaço “em si mesmo” jamais pode ser o ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em “si mesmo”. Ele é produzido.

O espaço, tal como abordado pelo autor, é produto das relações sociais, realizadas nas práticas sócio-espaciais; o espaço, assim, para além de sua abstração constitui-se no “cosmos” das inter-relações, das trocas. A sociedade, dessa forma, produz o espaço, o qual será complexo, contraditório, campo de possibilidades e de vivências.

Nesse contexto, devemos lembrar que a teoria de Lefebvre influenciou a conceituação de espaço de Santos (2009, p. 63), que apresenta:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

Portanto, a produção do espaço se dá pelo homem enquanto ser social, a partir das práticas espaciais, que se apropria deste, dominando-o, ao mesmo tempo em que imprime as formas políticas, jurídicas, religiosas, ideológicas e culturais, ao passo que as relações de produção, aí existentes, são percebidas pela maneira como os grupos humanos concebem as possibilidades de explorar e responder às suas necessidades.

Dessa forma, entendemos que toda prática espacial é uma prática social, compreendida na projeção, sobre o espaço, de todos os constituintes advindos da prática social (LEFEBVRE, 2013, tradução nossa). Queremos, com isso, marcar posicionamento do entendimento de que não pode haver dissociação entre práticas espaciais e práticas sociais, pois ambas se apresentam imbricadas, interdependentes, conforme verificamos em Souza (2015a, p. 241):

Práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a “lugaridade”...) é um componente nítido e destacado de forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social, é uma ação (ou um conjunto de estruturado de ações) inscrita nos marcos de relações sociais. Por isso é importante articular o conceito de prática espacial com os de relação social e ação social.

No contexto das palavras do autor, a prática social, ou melhor sócio-espacial, é o caminho possível para a superação dos processos de heteronomia conforme, no decorrer do capítulo, é possível observar.

Assim, enquanto estudo do espaço, que contemple os caminhos metodológicos da pesquisa, encontramos duas categorias de análise para a abordagem das práticas sócio-espaciais, uma que tenciona suas problematizações dentro do campo heterônomo e outra que condiciona suas realizações à autonomia. Na sequência, apresentamos as duas possibilidades por nós estudadas.

7.1.1 As práticas sócio-espaciais heterônomas

Os estudos de heteronomia e autonomia há muito perpassam as discussões filosóficas e sociológicas, como podemos observar em Kant (2005). Esse pensador, em suas afirmações sobre a autonomia, traz à discussão o processo discordante, ou seja, a heteronomia; na sua perspectiva as situações de opressão, de marginalização, de desigualdade, dentre muitos outros acontecimentos, são a expressão da heteronomia, desencadeando, por consequência, em uma sociedade heterônoma. Souza (2006, p. 70), por seu tempo assim explica a heteronomia:

Para dizê-lo de outra maneira, a heteronomia se instala quando as leis e normas com base nas quais uma sociedade é, direta ou indiretamente, governada e organizada, são deliberadas não pelo conjunto dos indivíduos pertencentes a essa sociedade, de maneira tão lúcida e bem informada quanto possível, mas sim impingidas na base da opressão interna, da opressão externa e/ou “divinizadas” ou “naturalizadas” (sendo que a “divinização” e a “naturalização” costumam servir à opressão interna ou externa, ou ambas de uma só vez).

Depreende-se que o processo de heteronomia são as restrições impostas à livre participação política e às peculiaridades individuais. Ainda com Souza (2006, p. 70): “A heteronomia é, sempre, alienação política de uma parte da população, consentida ou arrancada à força.”.

É nesse cenário que encontramos a sociedade globalizada, a qual está estruturada em relações de poder desigual, com a submissão de muitos às “vontades e desejos” de poucos, desse modo as práticas espaciais, exercidas pelos incluídos (classe dominante) é preponderante na organização sócio-espacial. Essa relação é caracterizada pela heteronomia. Em caráter de síntese conceitual, compreendemos a

heteronomia como a sujeição às leis e práticas espaciais advindas do “outro” e não do seu próprio “eu”.

Aproximando o poder heterônimo às práticas sócio-espaciais, é possível traçarmos um paralelo com a contribuição de Roberto Lobato Corrêa, que analisando, empiricamente, as relações capitalistas, elencou as seguintes práticas espaciais: seletividade espacial, fragmentação – remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora (CORRÊA, 2000).

Os processos elencados por Corrêa representam a expressão máxima do capitalismo, pois os detentores dos meios de produção, ou seja, possuidores de recursos, (re)organizam o espaço produtivo conforme as suas necessidades, constituindo, assim, o poder heterônimo, que “espelha” o poder instituído, alocado nas “mãos” de uma minoria que dita os rumos de uma sociedade.

Acostando a teoria do poder heterônimo à prática de nossos estudos, é possível constatar que, assim como nos capítulos anteriores, os três locais por nós elencados para a pesquisa constituem-se em símbolos atuantes no processo de representação social e formação da identidade de luta. Portanto, tais territórios representam, na lógica metodológica adotada, espaços de poder heterônimo. Reforçando nossa análise, apresentamos o discurso de E. G. U. ao ser questionada sobre o significado dos locais de preferência para as manifestações, que responde:

Praça Montevideu e a Praça da Matriz, porque representam centros de poder político, onde estão prefeitura e assembleia legislativa, os poderes em escala municipal e estadual. Jornal Zero Hora porque é a principal mídia que informa a população e que notadamente é “vendida”, serve aos interesses dos governos, manipulando informações, sem imparcialidade e sem preocupação real com as mazelas da população.

Nesse fragmento do discurso da entrevistada é importante destacarmos as construções: “centros de poder”, “serve aos interesses dos governos” e “sem preocupação real com as mazelas da população”. A centralidade do discurso aponta para a visão de que tais locais representam o poder instituído, que se apresentam como obstáculos para a obtenção de uma vida digna, de oportunidades de participação no processo decisório, de ser sujeito de sua própria história, em suma elementos símbolos de um poder heterônimo. No próximo subcapítulo estudamos as práticas sócio-espaciais autônomas.

7.1.2 As práticas sócio-espaciais autônomas

Inicialmente, descrevemos que estamos tratando práticas sócio-espaciais autônomas e movimentos (práticas) insurgentes como sinônimos, uma vez que consideramos insurgentes as manifestações que se opõem a um sistema dado, que contrariam a ordem, que provocam discussões, que almejam mudanças no tecido social, indo ao encontro das práticas autônomas, que são contrárias à heteronomia, ou seja, buscam a horizontalidade de direitos, de oportunidades e de decisões.

O projeto de autonomia pode ser compreendido como um processo de evolução das teorias anarquistas e libertárias clássicas. Tais correntes possuem como ideários as concepções de horizontalidade, coletivização, liberdade e demais elementos que estão no cerne da construção de uma sociedade livre, autogerida. Entretanto, as teorias clássicas - anarquistas e libertárias - relacionam o poder, única e exclusivamente, ao poder de Estado buscando, assim, uma sociedade livre desse Estado e, por conseguinte sem poder. A autonomia, por sua vez, tem em seu bojo todos os ideários de horizontalidade e coletivização, porém não almeja extirpar as relações de poder, mas sim elevá-las a um novo patamar, isto é, de horizontalidade. Na fala dos entrevistados, destacamos a de M. D. M. que ao ser questionado sobre seu entendimento sobre a construção do poder autônomo coloca:

Entendo por construção do poder autônomo como algo novo na história da humanidade, sobretudo do que se refere a organização política. O indivíduo historicamente não é pensado e respeitado sua autonomia e mesmos direitos individuais como livre manifestação do pensar, da sua sexualidade, da sua alteridade. Somos diferentes um do outro, tendo em comum apenas a característica que é a humanidade em nós. Uma política que valorize o indivíduo, entendo ele também como um ser individual que precisa ser respeitado tanto quanto em seus direitos sociais e políticos. É algo próprio e novo em nosso tempo.

Nas palavras do entrevistado, frisa-se: “O indivíduo historicamente não é pensado e respeitado sua autonomia”, “somos diferentes um do outro” e “livre manifestação do pensar, da sua sexualidade, da sua alteridade”. As partes do discurso por nós destacadas reforçam nosso entendimento de autonomia enquanto construção de horizontalidades, de oportunidades equânimes, de direitos respeitados. Porém, partindo do princípio que uma pesquisa não pode ter como objetivo ouvir apenas o que seja de seu interesse, apresentamos o discurso de D. B. S. para o mesmo

questionamento: “Uma sociedade anarquista.”. De imediato, observamos o desconhecimento e a confusão conceitual ao colocar em uma mesma “balança” a anarquia e o poder autônomo. Como já escrito, reforçamos que a autonomia é a evolução do pensamento anarquista, ambas não são excludentes, mas possuem vieses metodológicos de ação diversos. É importante destacar a fala desse entrevistado para compreendermos que há, ainda, muito a percorrer para a construção de uma sociedade autônoma, o que, prioritariamente, passa pela cristalização do entendimento de seu significado.

Destarte, concordando com os teóricos e indo ao encontro da entrevista de M. D. M., compreendemos a autonomia com um processo de promulgação de leis; participação e direito à voz, pela coletividade, onde todas as individualidades possuem igualdade de participação. A contribuição de Souza (2015a, p. 266) nos mostra que:

O “projeto de autonomia” consiste em uma “refundação”/reinterpretação radical, por assim dizer, do projeto democrático, buscando inspiração na democracia direta da *pólis* grega clássica, ainda que sem ignorar-lhe os defeitos [...]. Ao mesmo tempo, no meu entendimento, a discussão sobre a autonomia, no sentido castoriadiano, se inscreve na tradição mais ampla do pensamento libertário, atualizando-a.

Com as palavras de Souza (2015a), a autonomia, no contexto de nossa pesquisa, constitui-se a ferramenta para a construção de um projeto político, de superação da lógica da utopia da modernidade capitalista, na busca da construção de um ideário de sociedade autônoma. Ao falar de autonomia, não poderíamos deixar de citar o filósofo Cornelius Castoriadis (1982), considerado um dos maiores expoentes da discussão de implantação de uma sociedade autônoma. Nas palavras desse autor é possível verificar que a autonomia não é negar ideias opostas, mas sim a coexistência, onde uma não se sobrepõe a outra; Castoriadis (1982, p. 126) afirma:

A autonomia não é pois elucidação sem resíduo e eliminação total do discurso do Outro não reconhecido como tal. Ela é instauração de uma outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito. A total eliminação do discurso do Outro não reconhecido como tal é um estado não-histórico.

Castoriadis (1982) reforça nosso entendimento de que a construção autônoma não é a negação de poder ou a eliminação do outro em meu favor, sendo, então, o percurso na busca de uma nova lógica de sociedade. A sociedade autônoma apresenta-se como aquela que combate as relações de poder que praticam a

discriminação, a subordinação ou a exclusão de qualquer indivíduo. Considerando, dessa forma, igualmente necessário o discurso do outro; um entendimento deve ser claro, qual seja, que a construção de uma sociedade realmente autônoma só é possível se seus indivíduos reconhecerem que sua liberdade é dependente da liberdade de seu semelhante, onde as diversidades possuirão horizontalidades de direitos, de oportunidades.

Realizando a articulação entre a teoria e as práticas sócio-espaciais autônomas, Souza (2015a, p. 84), teoriza:

A questão da autonomia [...], é que uma coletividade, ao acordar livremente – vale dizer, com todos os membros em igualdade efetiva de condições no processo decisório – regras no tocante à organização de um espaço (que pode ser um imóvel ocupado por sem-teto, ou então uma biblioteca mantida por uma organização libertária, ou ainda um centro ou ‘diretório’ acadêmico autogerido), definindo, inclusive, possíveis punições para os transgressores dessas regras, está exercendo poder [...].

Feiras de trocas, feiras livres, organizações autônomas, tudo o que se apresenta como prática sócio-espacial para além do poder instituído, possui a força de produzir mudanças, de promover horizontalidades, contudo sem necessariamente, corroborando com as ideias do autor, negar a existência do poder.

Com as contribuições dos teóricos abordadas até o presente momento, acreditamos que a sociedade autônoma, para sua materialização no espaço, só se efetivará ao realizar uma crítica das espacialidades então existentes. Dessa forma, observamos que essa sociedade é anticapitalista e antiestatal, por conseguinte tem na busca pela autogestão sua bandeira de luta, lutando pela autogestão política, cultural e econômica. A experiência autonomista possibilitaria um novo arranjo territorial, no espaço, das bases produtivas, dos centros de tomada de decisão, enfim uma nova configuração geográfica. Em última análise, uma sociedade realmente autônoma só se efetivará a partir da autogestão, ou seja, se não repetir dentro de sua estrutura as relações hierárquicas que ela critica, isto é, passar de poder instituinte para poder instituído.

7.2 O TERRITÓRIO DISSIDENTE

Concluída as análises sobre as práticas espaciais é o momento de refletirmos sobre a significação de território dissidente. Na literatura, encontramos uma

aproximação ao conceito de território dissidente nos estudos sobre o contraespaço, conforme disposto nas palavras de Moreira (2012, p. 217):

É contraespaço o arranjo espacial de uma greve de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento, o surgimento de uma favela, um ritual de capoeira ou de candomblé, a luta pelo direito à cidade, uma manifestação de rua, um movimento de embargo de uma obra de efeito ambiental de uma comunidade, mas também, a segregação urbana da classe média, o embargo territorial de setores de dominantes excluídos do bloco de poder instituído como governo central dentro do bloco histórico.

Observamos, então, que o contraespaço é a construção de espaços não hegemônicos, horizontalizados, coletivizados, abarcados pelo poder autônomo, crítico do poder instituído e precursor do poder instituinte. A constituição desses contraespaços é a "ferramenta" de luta, pautada pela autonomia, contra um sistema dominado por relações heterônomas, pois de acordo com Souza (2015a, p. 275):

Definitivamente, o desenvolvimento sócio-espacial, referente a um processo de enfrentamento da heteronomia e tendo a autonomia como um horizonte de pensamento e ação, é uma antítese ético-política do "desenvolvimento econômico" capitalista.

Articulando-se as teorias, a antítese explorada pelo autor é o contraespaço defendido por Moreira (2012). Dessa forma, o contraespaço constituirá um território dissidente, que será apropriado por práticas sócio-espaciais exercidas com autonomia individual, no qual cada agente envolvido compreende o alcance de sua liberdade e, acima de tudo, sem a constituição de leis instituídas de cima para baixo, como definido por Souza (2010). Na literatura, porém, alguns autores denominam tais territórios como *liberated zones*, ou traduzindo, em uma tradução livre e sem aprofundamento teórico ou conceitual, zonas liberais. Independente da nomenclatura, territórios dissidentes ou *liberated zones*, para compreendermos, precisamos nos apropriar do conceito de heterotopia de Foucault (2013).

Dessa maneira, é necessário compreender que as heterotopias são o contrário das utopias, no espaço fragmentado do caos, as utopias representam o irreal, enquanto as heterotopias representam o real (FOUCAULT, 2013). Acreditamos que o conceito de Foucault pode ser trazido para o espaço onde a vida se dá, isto é, onde convivemos com nossos vizinhos, onde passeamos, onde construímos nossa história, é o espaço das relações próximas, do estar junto; do "errado" no meio da construção utópica da modernidade que defende a lógica da vida como um "cubo" perfeito, sem

tensões, sem questionamento. Assim, na tecitura das cidades encontramos um conjunto numeroso de “tecidos heterotópicos”, tais como as manifestações de junho de 2013 que ocuparam os lugares dos carros e materializam insurgências; as viradas culturais no estado de São Paulo ou até mesmo vias interditadas aos domingos para fins de lazer.

O espaço público, já referenciado nesta dissertação como o espaço que nesta “modernidade” serve ao capital e aos detentores do poder, enquanto análise de heterotopia, somente será compreendido na trama de relações existentes no espaço e no contexto das práticas espaciais insurgentes. Dessa maneira, os espaços heterotópicos são os espaços não-hegemônicos, são espaços de produção de horizontalidades, de coletividades, contrários aos processos de heteronomia, uma vez que se aproximam das práticas autônomas.

Antes de continuarmos, no entanto, é importante destacar, para que não haja confusão conceitual, que aparentemente não poderíamos opor os conceitos de heteronomia e heterotopia, uma vez que ambos possuem o prefixo “hetero” em sua formação. No entanto, conforme já visto, heteronomia diz respeito a relações de poder desigual, verticalizado, com a oposição de uma norma ou conduta, dita padrão, de cima para baixo. Enquanto, a heterotopia, entendemos como uma ação, uma prática sócio-espacial, que ocupa um determinado espaço, no qual não deveria estar. Portanto, no momento que ocupamos um lugar onde não deveríamos nos territorializar, ocorre a prática de uma transgressão dos padrões “normativos”. Essa transgressão é a tentativa da construção de uma nova ordem em que ocorra uma linearização das relações de poder, ou seja, a instituição de relações de poder iguais, autônomas.

Após a breve “desnaturalização” do prefixo “hetero”, retomamos nossa atenção aos territórios dissidentes, constituídos a partir das heterotopias. A aproximação do termo território dissidente do conceito de heterotopia, pode ser observado nas palavras Souza (2010, p. 24), quando, em seus estudos, associa o conceito de heterotopia ao seu tema de pesquisa, afirmando:

Centros sociais (social centres) são, juntamente com os muitos tipos de territórios dissidentes, um tipo de “heterotopia”, para empregar o interessante e vago termo proposto por Foucault (2006) – mais especificamente, um tipo que se poderia chamar de “heterotopia emancipatória”.

O autor, então, articula a territorialidade, da Geografia, à prática foucaultiana. Por conseguinte, no território dissidente há uma prática espacial desvinculada do poder estatal posto (heterônomo). Entretanto, sem ausência de poder, este poder será igualizado, simétrico, autônomo e que imbricado com os elementos identitários, constituirá a unificação, ou seja, o território e, nesse caso, o território dissidente. Ainda no campo teórico, é interessante destacar, em uma aproximação das práticas de economia solidária aos territórios dissidentes, as palavras de Mendes e Ortigoza (2015, p. 5):

Os territórios onde se desenvolvem as práticas em Economia Solidária são aqueles produzidos pela comunidade e que não se deixam dominar pela ordem hegemônica capitalista. Assim sendo, tais territórios, dialeticamente, geram uma desordem no sistema dominante, com o fito de estabelecer uma nova ordem, tornando-se, portanto, territórios da subversão.

Os autores, a partir da observação da economia solidária, contribuem para referendar nossa pesquisa, alinhada às teorias de que um território dissidente é a construção de uma apropriação do espaço de forma insurgente, com práticas contrárias ao poder dominante, ao sistema posto na sociedade.

Quanto ao estudo da teoria, pensamos que foi possível realizar um painel sucinto, porém esclarecedor, do que é um território dissidente para os teóricos e no nosso entendimento, assim como quais são seus pressupostos, sua formação e materialização. Dessa forma, com a aproximação teórica findada nos aproximamos da resposta à pergunta-título do capítulo e ao questionamento construído até o momento: os espaços estudados, mesmo que efemeramente, durante os atos praticados durante os protestos de junho de 2013 formaram um território dissidente?

7.3 ESPAÇOS APROPRIADOS EM TERRITÓRIOS DISSIDENTES

Acreditamos que as teorias são abertas, sujeitas a muitos processos, como novas interpretações, complementações e evoluções. Nessa lógica de pensar, a proposta apresentada na presente pesquisa foi pautada pela busca da comprovação da formação de um território dissidente diante de símbolos, possuidores de representações sociais, dispostos em espaços públicos, durante uma manifestação social. Para tanto, utilizamos a análise dos discursos produzidos nas entrevistas realizadas. Buscou-se, com essa metodologia, identificar o que os símbolos

materializados no espaço “construíram”, enquanto representações sociais, no imaginário dos participantes dos eventos estudados. Procurou-se, também, identificar como esses símbolos “agiram” na formação da identidade de luta dos manifestantes e se os discursos estavam alinhados com a construção de um novo ideário de sociedade, pautado na construção da coletivização, na horizontalidade; um ideário com força de poder instituinte na superação do poder instituído.

Diante desse pequeno, porém necessário, preâmbulo, explicitamos que as falas dos entrevistados foram dispostas ao longo do texto, justificando e referendando nossas análises. Com isso, muitas das perguntas trazidas, a partir deste momento, já são de conhecimento dos leitores, porém o conteúdo das respostas difere, uma vez que se trata de entrevistados diversos.

Reforçamos, ainda, que a discussão do simbolismo presente nos espaços já foi trabalhada quando do capítulo que tratou das razões pelas quais foram escolhidos determinados espaços como o centro para as manifestações, ou tentativa de manifestações; e em outros momentos da pesquisa. Portanto, evitando que a leitura se torne demasiadamente exaustiva e considerando a natureza de síntese do presente capítulo, não serão trazidos, de forma explícita, os discursos quanto aos símbolos, pois estes já foram apresentados.

Analisando os discursos produzidos, trazemos o seguinte questionamento feito para os entrevistados: *“No ano de 2013, as cidades brasileiras foram palco de inúmeras manifestações que culminaram com o que ficou conhecido como Jornadas de Junho de 2013. Gostaríamos da sua opinião, enquanto participante dos atos, do que foi o movimento ocorrido naquela ocasião.”*. Nesse sentido, obtivemos o seguinte posicionamento de D. B. S.:

O movimento nacional de luta pelo transporte público iniciou-se de forma organizada, com pauta clara e definida. Porto Alegre foi precursora nos atos de massa em defesa dessa pauta. O movimento despertou o debate intenso acerca das políticas de transporte no país inteiro. Contudo, a partir de um dado momento essa pauta foi sendo secundarizada em virtude da dimensão que as jornadas tomaram. O acúmulo de pautas diversas, por vezes desconexas, tumultuaram aquilo que seria o seu eixo principal. Ao mesmo tempo, a direção e a organização dessas manifestações foi se perdendo e dando espaço pras mais variadas influências e matizes políticas e ideológicas.

Na fala do entrevistado destacamos as construções: “o movimento despertou o debate intenso acerca das políticas de transporte no país inteiro” e “contudo, a partir

de um dado momento essa pauta foi sendo secundarizada em virtude da dimensão que as jornadas tomaram”. Essa fala articula-se com nossa análise, já exaustivamente explicitada, de que as Jornadas de Junho possuíram duas fases: a primeira, quando ocorreu a tentativa, a partir da construção de pautas progressistas e democráticas, de superação de um sistema heterônomo e de enfrentamento ao *status quo*; a segunda, com a pulverização de pautas e apropriação das manifestações por parte de grupos conservadores e defensores de uma sociedade sem pluralidade, submissa e desigual. Nesse sentido, a fala de M. D. M demonstra o acúmulo de pautas trazidas a voga por D. B. S., conforme verificamos:

Fundamentalmente as manifestações de Junho tinham algo mágico no ar...uma espécie de mobilização que cativava as pessoas, que buscava separar o “joio do trigo”, com a busca de manter os partidos políticos e lideranças tradicionais de fora da arena de discussões, com uma forte resistência pacífica contra o Estado de “Direito” que no Brasil foge a sua regra. Slogans como “sem violência” ou “não é pelos R\$ 0,20 centavos” do aumento das passagens, no caso de São Paulo, particularmente, eram comuns. Ver famílias inteiras, dos mais variados grupos sociais, gritando palavras de ordem e cobrando por ética e responsabilidade política e social Brasil a fora, principalmente nas capitais, mas como uma maciça presença da nova geração da juventude brasileira, na sua maioria usuária e dependente não apenas do transporte público, mas da presença mesmo do Estado em sua localidade, sua região, como postos de saúde e mais médicos/as, mais investimentos em educação e cultura, além da busca forçada pela diminuição do preço da passagem do transporte público.

Podemos observar, nas palavras de M. D. M., o sentimento de mudança que existia nas Jornadas de Junho de 2013, ou pelo menos em seu nascedouro e início de reivindicação. O entrevistado continua, nesse mesmo questionamento, a teorizar sobre as razões e bandeiras levantadas no desenrolar das manifestações. No entanto, o centro de seu posicionamento fica evidente no excerto apresentado.

Em um exercício de aproximação dos discursos, apresentamos a resposta, para o mesmo questionamento, do entrevistado D. C.:

O movimento foi muito importante enquanto aglutinador de pessoas com as mais variadas visões políticas e ideológicas lutando por um objetivo comum. Contudo, avalio que um movimento tão heterogêneo acabou perdendo o foco.

Apesar de uma análise sucinta é possível depreender que, da mesma forma que D. B. S., D. C., defende a ideia de que o movimento, apesar do seu caráter transformador, perdeu seu foco no momento da introdução de pautas diversas e nesse instante, ao fazer tal referência, também se articula com a fala de M. D. M.

Portanto, continuando na linha metodológica de que as Jornadas de Junho tiveram diferentes momentos, trazemos a resposta de M. Z. M.:

Na minha opinião foram manifestações induzidas pela grande mídia para enfraquecer um governo popular. Num primeiro momento os partidos de esquerda imaginaram protagonizar os atos citados, mais num segundo momento estas acabaram por demonstrar seu viés fascista sendo o embrião de diversos movimentos de direita que se consolidaram a partir daquele movimento tais como: Vem pra Rua, Movimento Brasil Livre e Revoltados On Line.

Em que pese a evidência do extremismo do discurso, entendemos, como já escrito em outras oportunidades nesta dissertação, que em um determinado momento a manifestação recebeu o apoio dos grandes grupos de comunicação do país o que acarretou na “explosão” de pautas reacionárias, retrógradas e de manutenção do *status quo*. Nesse campo, o discurso do manifestante possui proximidade, não somente com o nosso entendimento, mas também ao ser espelhado com o exposto pelos demais entrevistados. Entretanto, não se pode desqualificar todo o processo decorrente dos movimentos analisando-o de forma una, sem realizar os devidos recortes históricos e seus diferentes contextos.

Quanto ao questionamento que possa nos conduzir a um entendimento do objetivo dos movimentos, formulamos, aos entrevistados, a seguinte pergunta: *“Continuando nesta linha de raciocínio, você acredita que a manifestação possuiu algum viés de mudança, isto é, existia um sentimento de querer mudar, de lutar por uma sociedade diferente, mais justa?”*. Partimos da análise da resposta de J. V. E.:

Sim, um direito mesmo que não haja resultados a curto prazo. Uma forma de demonstrar aos governantes um certo descontentamento com algo que não está certo, ou injusto. Digo isso em reação a manifestação dos 20 centavos.

Embora a análise possua recorte histórico, remetendo apenas para a primeira fase das manifestações, através da construção “manifestação dos 20 centavos”, o discurso do entrevistado é rico ao denotar um caráter de insatisfação, demonstrando um entendimento de que é preciso fazer algo para que ocorram mudanças estruturais em nossa sociedade. Cotejando essa fala do entrevistado J. V. E. com a de E. G. U., identifica-se uma similaridade no entendimento, como podemos observar: “Sim, acredito que a população, nas diversas manifestações que houve, mostrava uma insatisfação com as políticas públicas que estavam sendo tomadas e mostrava o

desejo de ser ouvida, buscando mudanças.”. Nesse discurso, destacamos os excertos “mostrava uma insatisfação” e “mostrava o desejo de ser ouvida”. Assim como em J. V. E., E. G. U., demonstra uma desaprovação com o sistema posto perpassando, no caso de E. G. U, pela necessidade de ser ouvida, o que podemos associar ao entendimento de que vivemos em uma democracia representativa.

Na análise proposta, com as duas perguntas apresentadas até o presente momento, já foi possível identificar que as manifestações, pelo menos em um determinado momento, possuíram natureza de insurgência ao sistema, construindo uma luta contra a heteronomia. Em nosso entendimento, esse processo pode se aproximar da tentativa de construção de um poder autônomo, ou seja, igualizado e horizontalizado, como já abordado.

No momento em que trazemos novamente a autonomia para ser analisada, valemo-nos da seguinte pergunta realizada: *“Pensando em um novo sistema de governo, em uma nova sociedade, o que você entende por construção do poder autônomo?”*. Na sequência apresentamos a resposta de E. G. U.:

Não sei sobre isso. Mas com essa pergunta surge na minha mente a ideia de construir uma nova forma de poder, nova organização de poder, onde seria importante uma maior participação da sociedade no pensar as políticas públicas.

Apesar de inicialmente a entrevistada demonstrar um desconhecimento da temática, intuitivamente ela constrói uma narrativa do que para ela seria a instauração do poder autônomo em que destacamos o seguinte recorte: “uma maior participação da sociedade no pensar as políticas públicas”. No nosso pensar, identificamos, no discurso, o desejo da superação de um modelo falido e excludente com a posterior necessidade de implantação de um sistema que instaure a democracia participativa e supere a heteronomia e o *status quo*.

Nessa linha de raciocínio, encontramos a resposta, para o mesmo questionamento, de D. B.: “Construir um poder autônomo é gerenciamento pleno seja de serviços ou sociais. Com equidades de acessos e atenção básica asseguradas.”. Para o entrevistado, o poder autônomo passa, conforme observado no discurso, pela igualdade de direitos, o que concordamos, pois a construção de uma nova forma de organização social perpassa a horizontalidade de direitos e de oportunidades.

Com o intuito de exemplificar uma forma de autonomia e “conversando” com as demais opiniões, a fala de R. S. N. é pertinente: “Seria a criação do povo se autogovernar. Como ocorreu no saudoso Orçamento Participativo no governo do PT.”. Em um primeiro momento, precisamos destacar o entendimento, para a participante das Jornadas de Junho de 2013, que autogovernar é uma das premissas para a instituição do poder autônomo, fato esse que corroboramos, porém é necessário, novamente, reforçar que autogovernar não é sinônimo de construção anárquica. Quanto à exemplificação, ao mencionar a política de governo denominada de Orçamento Participativo, experienciada de maneira mais frutífera, no período de 1989 a 2004, na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; denota uma compreensão, a qual referendamos, dos mecanismos possíveis para a implantação de um sistema autônomo, participativo e democrático.

Permanecendo no caminho metodológico proposto, neste momento trazemos a última pergunta para análise desse subcapítulo, qual seja: *“Em sua opinião as Jornadas de Junho de 2013 atingiram seus objetivos?”*, iniciamos pelo discurso de D. B. S.:

O objetivo inicial e legítimo das manifestações que se iniciaram no começo do ano de 2013 era a luta pelo transporte público (melhoria nas condições gerais do transporte, redução do valor das passagens e auditoria nas contas das empresas que prestam o transporte) não foi atingido para além do seu debate. De concreto e material em pouco se avançou. De qualquer forma as manifestações possibilitaram inúmeros debates e mudanças dentro dos próprios movimentos sociais de luta, tanto na pauta do transporte público quanto nas suas próprias estratégias de organização.

Concordamos com o entrevistado em relação à mudança de estratégica das organizações sociais, porém discordamos em parte quando menciona poucas mudanças no campo concreto das pautas referente ao transporte público. Isto porque, tendo como exemplo Porto Alegre, sabemos que o aumento foi revogado e que a tarifa posteriormente foi reduzida, além da obrigatoriedade, emanada pelos órgãos de controle, da realização de um processo licitatório para a concessão do sistema⁷. Por outro lado, temos o entendimento que, em sua totalidade, as Jornadas de Junho de 2013 não atingiram os objetivos de instaurar uma nova sociedade, uma nova forma

7 Aqui podemos discutir os efeitos desse processo e a forma que foi conduzido, no entanto não é o objetivo da pesquisa, o que devemos registrar é que as manifestações conseguiram exigir o cumprimento dessa obrigatoriedade e não os efeitos a posteriori.

de organização sem, no entanto, descartar todos os seus resultados e dimensões positivas. S. C. S. C., por seu expediente, acredita que os protestos atingiram apenas o objetivo de redução das tarifas conforme observamos: “Somente das passagens e não em todos os lugares, infelizmente.”

Ainda nesse campo, trazemos, como subsídio para nossas análises, a fala de S. O. D., que afirma:

Não, porque o preço da passagem pode até não ter subido como o previsto, mas não era somente isso que queríamos. Queremos melhorias no transporte público e preços justos no mercado para conseguirmos nos alimentar e tal, no entanto o que aconteceu foi o oposto.

Nessa fala, encontramos mais uma vez o entendimento do alcance dos objetivos das manifestações que era, sem dúvidas, centrado na redução das tarifas do transporte público, entretanto encontramos a construção: “mas não era somente isso que queríamos”. Nesse ponto, podemos identificar, em mais um participante, o desejo de mudança, o desejo de construir horizontalidades, de defender direitos consolidados e conquistar outros.

Após essa série de discursos trazidos e analisados, combinados com todo o conhecimento construído ao longo da dissertação, apresentamos como uma proposta de entendimento para as manifestações de junho de 2013 e a formação de territórios dissidentes, dois “caminhos” divergentes e que se encontram configurados tal qual os diferentes momentos das Jornadas de Junho.

A pesquisa procurou identificar a divisão dos protestos em dois grandes principais momentos: um independente, sem o apoio da mídia que os condenava, capitaneado por jovens de esquerda, anarquistas, autonomistas e cidadãos sem vinculação político-partidária; outro, iniciado com o apoio dos grandes grupos da mídia que mudam seu discurso e começam a apoiar as manifestações, pois realizaram a leitura de que poderiam obter ganhos em suas pautas, sobretudo na desestabilização do governo federal. Nesse momento, encontramos o ápice de manifestantes com os objetivos pulverizados em inúmeras e diferentes pautas.

Na primeira fase, os discursos dos manifestantes conduzem para a compreensão de que, nós manifestantes possuíamos o desejo de mudança, ansiávamos pela construção de uma nova sociedade, não aceitávamos mais

regulações de nossas vidas com poucos ganhos em justiça social. Buscávamos o direito à voz e não apenas o direito de um voto em períodos eleitorais.

Entendíamos que os mínimos direitos conquistados eram insuficientes diante de um cenário de anos de desigualdade social; vivenciávamos a ampliação do acesso ao ensino superior. No entanto, o abismo social se mantinha, as estruturas sociais não se alteravam, marcados pelos recordes de lucro obtidos pelas instituições financeiras.

A pauta referente aos aumentos das tarifas de transporte público era apenas o estopim de um desejo reprimido, a “fagulha” necessária para a luta pelas horizontalidades que almejávamos.

Os símbolos, presentes nos espaços de tentativa de manifestação, representavam todos os elementos com os quais lutávamos contra. Tentávamos configurar um território em um espaço público mercantilizado, com estruturas de um poder público subserviente ao capital e inoperante para as necessidades dos cidadãos. Esses espaços eram a síntese da verticalidade de oportunidades, de direitos, de voz. Portanto, era nesses locais que se necessitava “fincar” a bandeira e lutar, defender as horizontalidades, superar o poder instituído e implantar o poder instituinte.

Dessa forma, na primeira fase das manifestações, observava-se a contrariedade ao *status quo* e a luta pela sua superação. A crítica ao modelo dominante era recorrente, o entendimento da necessidade de uma nova organização de sociedade fazia-se presente. Essa configuração, diante da tentativa de manifestação em espaços representantes da sociedade desigual em que vivemos, possuiu a força de construção de territórios dissidentes, ou seja, da apropriação de espaços simbólicos com o discurso de superação do sistema vigente e construção de uma nova forma de organização social.

Todavia, após a condenação dos movimentos, categorizando os manifestantes como vândalos, a mídia, aqui estamos citando diretamente os grandes grupos que estão a serviço do capital, refaz sua análise. Vislumbra, com as Jornadas de Junho de 2013, um campo fértil para introduzir as pautas das elites do país e, com isto, atacar os mínimos direitos conquistados através de um processo intenso de luta travada por décadas para, assim, manter o *status quo* de uma sociedade retrógrada, reacionária e desigual.

Nesse momento, como já apresentamos, inúmeras solicitações são introduzidas nos protestos, que se tornam “pitorescos” e com uma pauta politicamente

correta. O discurso estava centrado em reivindicações advindas das classes mais abastadas, provocando a auto-retirada dos manifestantes que iniciaram as jornadas, uma vez que, no seu entendimento, estavam servindo de massa de manobra para os novos manifestantes.

Essa nova fase não apresenta teor questionador e de ataque ao sistema e às injustiças, mas sim com protestos que em nada alterariam as estruturas sociais. A cobrança de mudanças, dessa nova onda de manifestantes, não estava preocupada em superar o *status quo*, em resolver as injustiças, em construir um poder igualizado e com a efetiva democracia participativa.

Diante disso, defendemos que, considerando o discurso dos envolvidos, durante a segunda fase das manifestações de junho de 2013, os protestos não possuíram mais “força” suficiente para se apropriar do espaço enquanto um território dissidente.

Durante o que chamamos de segunda fase das Jornadas de Junho de 2013, surgem grupos ligados ao conservadorismo e a extrema direita, os quais promoveriam os protestos favoráveis ao *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff nos anos de 2015 e 2016. No último subcapítulo da presente pesquisa, apresentamos um panorama geral sobre essa temática.

7.4 MOVIMENTO DE IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF: UM DOS PRODUTOS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013?

A presente pesquisa não possuiu, como objetivo principal, estudar o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

Todavia, como já defendido por nós, acreditamos na pesquisa como um organismo vivo que produz múltiplos caminhos, (re)estudos e novas análises em uma relação de nunca acabar. Dessa forma, diante do conhecimento de que inúmeros grupos, contrários aos governos petistas, tiveram sua formação após as manifestações de junho de 2013 e considerando, ainda, o apoio da mídia aos movimentos em sua segunda fase, trazemos um breve relato e análise dos discursos quanto a essa temática. Ainda nessa perspectiva de que uma pesquisa é inconclusa, é dado ao leitor a possibilidade de seguir outros rumos de estudo e buscar novas indagações.

Portanto, os manifestantes foram instigados a responder a seguinte pergunta: *“Seria possível afirmar que as Jornadas de Junho de 2013 desencadearam nos manifestos contrários ao impeachment, ocorridos nos anos de 2015 e 2016? Em caso positivo, você pode nos explicar como?”*. Iniciamos pela análise da resposta de E. G. U. que afirma:

Sim, os objetivos foram ficando pulverizados, a população começou a ser influenciada pela mídia (principalmente RBS), os protestos começaram a ser organizados por movimentos ligados a partidos políticos, que levaram as pessoas a pensarem que deveriam ficar de um lado e irem pras ruas exigir mudanças. A mídia por trás influenciou então, na ideia de polarização, onde as pessoas eram levadas a escolher de que lado ficavam, e usando a população como massa de manobra, manipulando o fato de que os problemas todos estariam vindo de um partido político, que era governo federal à época.

A participante, ao relacionar a segunda fase dos movimentos com o fato de uma possível participação de partidos políticos, desconsiderada a participação partidária no início das manifestações. Como já referenciamos as manifestações, à época, introduziram, desde seu início, uma lógica até então não desenvolvida, ou seja, a participação de partidários, cidadãos sem vinculação partidária, autonomistas e anarquistas. Entretanto, precisamos destacar na fala da entrevistada os seguintes pontos: “a mídia por trás influenciou então, na ideia de polarização”, “usando a população como massa de manobra” e “os problemas todos estariam vindo de um partido político, que era governo federal à época”. Nessas construções destacadas, o discurso apresentado caminha ao encontro do nosso entendimento, isto é, que a mídia, na segunda fase das manifestações, passou a apoiar e a introduzir sua agenda nos movimentos, acarretando em protestos cada vez mais alinhados a setores conservadores da sociedade. Na sequência apresentamos o discurso do manifestante D. B. S.:

Não é possível afirmar isso. Mas é necessário que se questione sempre seu papel determinante. As jornadas de junho inauguraram um período em que as organizações políticas do campo da direita tomaram a direção de inúmeros movimentos. Além disso, de forma didática, possibilitaram que a grande massa despolitizada, e por vezes reacionária, tomasse as ruas e esclarecesse suas bandeiras e pautas. Não me sinto seguro em afirmar que as jornadas tenham sido determinantes na mobilização pelo impeachment, até por que em seguida delas, o mesmo partido e projeto político que havia sido questionado nas grandes manifestações de 2013, foi reeleito nacionalmente. Creio que os desdobramentos dos movimentos de massa de 2013 até hoje ainda estão acontecendo e os efeitos deles ainda não estão todos postos para que possamos fazer alguma análise conclusiva.

Entendemos, no discurso, que as manifestações de junho de 2013 levaram sim à constituição de grupos de extrema direita que também foram para as ruas “esclarecer suas bandeiras e pautas” conforme coloca D. B. S. Como último discurso, e que se articula com os demais, apresentamos a fala de D. C.:

As manifestações de 2013 mostraram à classe dominante e a mídia monopolista o poder das manifestações populares, de modo que parece ter havido a instrumentalização dos movimentos da classe média alta e de setores da sociedade identificada com os valores da direita, no sentido de tirar do poder um partido com políticas de inclusão social e de promoção da representatividade.

Concordamos com o entrevistado e destacamos as seguintes passagens de sua fala: “mostraram à classe dominante e a mídia monopolista o poder das manifestações populares” e “instrumentalização dos movimentos da classe média alta e de setores da sociedade identificada com os valores da direita”. O discurso evidencia e fortalece nosso entendimento que a segunda fase das Jornadas de Junho de 2013 contribuiu para o surgimento de grupos ligados ao conservadorismo.

Portanto, por mais que não possamos afirmar que o segundo momento dos movimentos de junho de 2013 foi determinante para a execução dos protestos favoráveis ao *impeachment*, podemos construir o entendimento de que nessa etapa, ou seja, na segunda fase dos movimentos, deu-se início ao processo de constituição de grupos ligados a setores da direita, os quais estariam na linha de frente dos protestos que solicitavam o *impeachment* da Presidenta Dilma.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defendemos, em todas as análises e pesquisas por nós realizadas, que um estudo não pode possuir a pretensão de apontar conclusões, mas sim considerações, novos caminhos, novas formas de abordagem. Dessa forma, a presente pesquisa possibilitou a apresentação de possibilidades de entendimento da formação de territórios dissidentes, conduzindo para construções de superação da heteronomia e implantação da autonomia, suplantando as verticalidades e imprimindo as horizontalidades, considerados a partir das reflexões dos movimentos ocorridos em junho de 2013 e sua tentativa de manifestação junto a espaços simbólicos.

Dentro do caminhar metodológico proposto, conseguimos espacializar o fenômeno estudado, sua configuração, sua contextualização, além de abordar os precedentes históricos. Assim, foi possível identificar que os movimentos sociais não ocorrem a partir de uma geração espontânea, como unidade dissociável do contexto histórico, cultural e social em que esse movimento está inserido.

Um movimento de contestação das estruturas vigentes é fruto de um processo de exclusão/inclusão, isto é, um sistema em que uma sociedade é possuidora de inúmeros recursos, porém tais recursos não são distribuídos horizontalmente, não são acessíveis de forma igualitária, criando bolsões de excluídos que gravitam ao redor de uma minoria incluída.

Dessa forma, a tomada de consciência por parte dos diversos grupos gera inquietações, questionamentos. E esse fato, aliado às políticas públicas paliativas que não solucionam os problemas estruturantes, perpetuando, assim, a desigualdade, é o estopim para manifestações de massas. Esse contexto é o encontrado nas Jornadas de Junho de 2013, ou melhor, na essência dos movimentos, pois, como observamos ao longo desse trabalho, ocorreu em dado momento, uma modificação nos objetivos dos protestos, que foram desvirtuados e capitaneados por grupos que em nada defendiam as mudanças sociais necessárias.

Por conseguinte, a essência dos movimentos está caracterizada pela presença de uma juventude que vivenciou certos ganhos sociais e, ao mesmo tempo, internalizou que tais ganhos eram insignificantes frente aos desafios impostos para a superação do *status quo*, da desigualdade e das verticalidades da sociedade em que vivemos. Por fim, essa juventude não almejou apenas ganhos em termos capitais,

buscou o reconhecimento das diferenças, o respeito ao gênero, a orientação sexual, criticando todas as formas de preconceito e defendendo o livre acesso a uma vida pautada pelos seus desejos e anseios.

No desenvolver da pesquisa, teorizamos sobre o processo de formação identitária, pois defendemos que a identidade é um elemento fundamental para a formação e sucesso de um movimento social. Logo, os movimentos sociais, para sua formação e ação, são permeados por processos de identidade. Por construção identitária, foi possível identificar que esse processo se encontra em constante mutação, são as trocas, as experiências, que constroem nosso entendimento de mundo, nossas posições, nossos gostos. A identidade, dessa forma, apresenta um caráter permanente de (des)construção, não somos definidos ao nascer, padrões impostos, como, por exemplo, o papel da mulher ou o papel do homem na sociedade, não existem para além de uma construção social, o indivíduo com o desenvolver de sua vida assumirá os papéis que sua subjetividade, sua construção identitária internalizar.

A identidade individual gera um mecanismo de reconhecimento para com nossos pares, forjamos alianças e coletivos. O processo de reconhecimento intragrupo acarreta no entendimento da existência de disparidades, de classes, em última análise de possuidores e de não possuidores. Assim, constitui-se o sentimento de luta, o entendimento da necessidade de lutar por direitos e oportunidades igualitárias. De tal modo, identificamos, na primeira fase dos protestos de junho de 2013, uma homogeneização identitária no que tange ao movimento de luta. Está presente, portanto, a identificação na luta por uma nova forma de organização social.

No continuar da dissertação, foi possível identificar a simbologia presente nos espaços públicos em análise. Nesses espaços, que são públicos, porém de certa forma “privatizados”, representantes de estruturas limitantes do pleno desenvolvimento social, também é possível verificar um processo de identificação, que, em verdade, compreendemos como um elemento de não identificação. Nesse tocante, os espaços da Praça da Matriz, Praça Montevideu e a região da sede do Jornal Zero Hora significam, para os movimentos de junho de 2013, representações sociais de um sistema governamental vigente e de um setor midiático subservientes ao capital. São também representações da manutenção de uma sociedade subjugada ao sistema, desigual e verticalizada. Tais inferências tornaram-se possíveis a partir da análise dos discursos das diferentes entrevistas realizadas e registradas.

As insurgências, desse modo, tinham por objetivo construir territórios de luta em arenas representativas do *status quo*, onde era preciso “finçar” bandeiras nesses espaços como forma de demonstrar as insatisfações, questionando as estruturas, cobrando melhores condições sociais e maior participação nos espaços decisórios.

Adentrando no conceito de território dissidente, foi possível contextualizá-lo, dentro da ótica concebida pelo geógrafo Marcelo Lopes de Souza, a partir dos estudos de heteronomia e de autonomia. A heteronomia, nesse contexto, deve ser entendida como a concepção de sociedade verticalizada, com decisões impostas em um sistema de pura e simples democracia representativa, com limitações ao pleno desenvolvimento igualizado dos cidadãos. A heteronomia, em última análise, é representada pelos processos que permeiam a sociedade em que vivemos, ou seja, que mantém estruturas do *status quo*, o qual precisamos lutar para a sua superação.

Em oposição ao sistema heterônomo, surgem as possibilidades autonomistas, que ficou claro ser uma evolução do pensamento anarquista, isto é, não há a negação das formas de poder, este, no entanto, é inserido em uma nova lógica de organização social. A sociedade autônoma é aquela que defende a horizontalidade de direitos, o acesso a bens, serviços e oportunidades de forma igualizada. O poder, nessa nova lógica, é linear, igualitário; desenvolvemos, portanto, com a instauração de processos autônomos, a democracia participativa.

Ainda, para o entendimento pleno do conceito de território dissidente, foi necessária a compressão do conceito de heterotopia desenvolvido por Foucault. Destarte, verificou-se que a heterotopia são os “tecidos” do espaço que, dentro da lógica capitalista excludente, não deveriam existir, tampouco estar territorializados. Por exemplo, uma ocupação urbana reivindicadora de moradia não pode ser concebida, pois isso é contrário à imposição praticada pelo modelo de sociedade vigente, ou ainda, para ficar mais inteligível, é possível afirmar que grupos que promovem intervenções urbanas questionadoras e críticas ao sistema são potenciais formadoras de heteropias.

Considerando tais conceitos, durante a pesquisa foi possível compreender, também, a construção do conceito de território dissidente. Desse modo, Marcelo Lopes de Souza, aproxima processos autônomos ao conceito proposto por Foucault. O território dissidente, desse modo, é a apropriação de um espaço por práticas contrárias à lógica posta. Nesses territórios são promovidas ações orientadas pela autonomia, com o respeito às individualidades, com oportunidades igualizadas. Como

explicitado ao longo da dissertação, feiras de trocas, feiras de economia solidária, movimentos sociais, podem formar territórios dissidentes.

Diante do exposto, até o presente momento, a pesquisa possuiu como objetivo imbricar a ação de um movimento social em espaços aparentemente simbólicos na formação de territórios dissidentes, para tanto, após a construção teórica, foi necessária a análise de discurso, a partir das falas produzidas pelos manifestantes. A análise de discurso foi utilizada, pois é a partir dela que podemos compreender os sentidos das falas dos indivíduos, além do que nenhum discurso é neutro, uma vez que são carregados de ideologias, vivências e visões.

O objetivo era identificar se os discursos produziram elementos que denotassem um conhecimento de que os espaços escolhidos para a manifestação eram representativos de um poder assimétrico e excludente, da mesma forma se existia um desejo de mudança, ou ainda, da implantação de uma nova sociedade. Para a nossa proposta de pesquisa, a imbricação positiva desses dois discursos indicaria, em nossa leitura, a formação de um território dissidente.

Dessa maneira, compreendemos que, durante a primeira fase das Jornadas de Junho de 2013, era possível encontrar uma disposição pela mudança, de construir uma nova lógica de pensar e para isso era necessário “atacar” os símbolos do poder instituído, na perspectiva de pressionar os detentores do poder para executarem as mudanças almejadas, o que não deve ser confundido com violência. É nesse momento que percebemos e identificamos a construção de territórios dissidentes.

Entretanto, na segunda fase dos movimentos, ocorreu a pulverização de pautas, o apoio da classe média que passa a introduzir suas reivindicações estritamente comportadas. Nessa etapa, consideramos a não formação de territórios dissidentes, pois as manifestações, a partir de então, passam a ser dominados pelas classes mais abastadas do país, as quais, em sua maioria, não possuíam, tampouco possuem, desejo da implantação de uma nova sociedade onde, de fato, todos possuam direitos iguais.

Por fim, reforçamos, novamente, que uma pesquisa não pode ser considerada finalizada. Os estudos são abertos, sujeitos a novas análises, a (re)interpretações, a retomadas, a complementações ou a abertura para novos estudos. Pensamos que um novo estudo possível, abordado por nós brevemente, é a dimensão da influência dos movimentos de junho de 2013 no processo de *impeachment* da Presidenta Dilma. Ainda como guisa de finalização, deixamos a mensagem de que cabe a nós, cientistas

sociais, a interpretação dos fenômenos sociais, a leitura da sociedade e a proposta de novos encaminhamentos em direção a uma convivência planetária mais humana e igualitária.

REFERÊNCIAS

- BATALLER, Maria Alba Sargatal. O estudo da gentrificação. **Continentes**; tradução Maurílio Lima Botelho. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 9-37, jul-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.tiagomarino.com/continentes/index.php/continentes/article/view/5>>. Acesso em: 01 set. 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 110p.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**; tradução Fernando Tomaz. 15. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 322p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Lex: Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. 514p.
- _____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 133, p. 1-5, 11 jul. 2001.
- CALIN, Daniel. **Construção identitária e sentimento de pertencimento**; Tradução: Rosa Maria Vieira Medeiros. Material da Disciplina Identidade e Território, 2009. Texto original disponível em: <<http://dcalin.fr/textes/identite.html>>. Acesso em: 02 nov. 2017.
- CAREGNATO, Rita Catarina Aquino; MULTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto e contexto enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: 06 jan. 2017.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**; tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 344p.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**; tradução Guy Reynaud. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418p.
- CASTRO, Iná Elias de. O problema de escala. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 352p.
- COPSTEIN, Gisela. Porto Alegre – do final do século XIX ou do início do século XX. **Boletim gaúcho de geografia**. Porto Alegre, v. 1, n. 14, p. 22-27. 1973.

CÔRREA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 9, n.17, p. 7-18, mar-jun. 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/212>. Acesso em: 01 fev. 2017.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 352p.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, jan. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68705>. Acesso em: 06 jan. 2017.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. 4. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 444p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2005. 120p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 395p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm. Acesso em: 12 out. 2017.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática: texto integral**. Tradução de Rodolfo Schaefer. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2005. 182p.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976. 248p.

LARA, Sueli do Rocio de. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. **Educar em Revista**; Curitiba, n. 33, p. 255-259, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**; tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 141p.

_____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013. 451p.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: BRITO, Felipe. et al. (Org.). **Cidades rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 89-94.

MACHADO, Andréa Soler. A Praça da Matriz. **Arqtexto**. Porto Alegre, v. 1, n. 0, p. 44-56. 2000.

MENDES, Auro Aparecido; ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. Economia Solidária, práticas espaciais e territórios dissidentes em Rio Claro - SP. In: **I CONPES - Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, 2015. DESAFIOS GLOBAIS DO TRABALHO COM MEDIAÇÃO SOLIDÁRIA**. São Carlos: UFSCar, 2015. v. 1. p. 1-30. Disponível em: <http://www.conpes.ufscar.br/anais/>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MENEZES, Estera Muszkat; SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. Ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

MOREIRA, Ruy. Geografia e Práxis. **A presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012. 224p.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**; tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 404p.

MPL. Movimento Passe Livre. Não começou em São Paulo, não vai terminar em São Paulo. In: BRITO, Felipe. et al. (Org.). **Cidades rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 13-18.

OLIVEIRA, Clovis Silveira de. **Porto Alegre: a cidade e sua formação**. 2. ed. Porto Alegre: Gráfica Metrôpole, 1993. 276p.

OLIVEIRA, Samir. Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou. **Sul 21**; Porto Alegre, dez. 2013. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>. Acesso em: 12 out. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. Ed. Campinas: Pontes, 2015. 98p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 191p.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal de. **Histórico da Cidade**. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=257>. Acesso em: 06 ago. 2017.

_____. **Praça Montevideu**. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?reg=19&p_secao=118>. Acesso em: 02 jan. 2018.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas.

Psicologia em revista; Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71, jun. 2002. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/137/131>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

RAMOS, Tibério Vargas. Fecha Última Hora e nasce Zero Hora em 1964. **Memória Famecos**; Porto Alegre, mai. 2015. Disponível em:

<<http://projetos.eusoufamecos.net/memoria/fecha-ultima-hora-e-nasce-zero-hora-em-1964/>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2005. 308p.

ROLNIK, Raquel. Apresentação – as vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: BRITO, Felipe. et al. (Org.). **Cidades rebeldes – passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 7-12.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009. 384p.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço em Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GeoUSP**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/geousp/issue/view/5740>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. 207p.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estud.** – **CEBRAP**; São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015a. 320p.

_____. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015b. 248p.

_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Cidades**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, p. 13-47. 2010.

_____. **A prisão e a ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO

1- Qual a sua idade?

2- Qual a sua escolaridade?

3- Em qual município você reside?

4- Você possui filiação partidária (em caso qual partido)?

5- Como é o seu deslocamento na sua rotina diária, é usuário do transporte público, utiliza meios alternativos de transporte? (nesta pergunta gostaríamos de entender sua rotina de deslocamento, um breve relato)

6- Qual é análise que você realiza sobre o sistema público de transporte?

7- No ano de 2013, as cidades brasileiras foram palco de inúmeras manifestações que culminaram com o que ficou conhecido como Jornadas de Junho de 2013. Gostaríamos da sua opinião, enquanto participante dos atos, do que foi o movimento ocorrido naquela ocasião.

8- Continuando nesta linha de raciocínio, você acredita que a manifestação possuiu algum viés de mudança, isto é, existia um sentimento de querer mudar, de lutar por uma sociedade diferente, mais justa?

9- Além destas manifestações, você tem participação ativa em movimentos sociais? Por favor, nos relate sua participação nos movimentos em que participa.

10- Pensando no sistema que vivemos, isto é, social, político e econômico, ele é representativo para você? Qual a sua opinião sobre tal sistema?

11- Pensando em um novo sistema de governo, em uma nova sociedade, o que você entende por construção do poder autônomo?

12- Ao longo dos inúmeros manifestos, das Jornadas de Junho de 2013, era possível identificar uma tentativa de manifestação persistente em locais delimitados (falamos aqui da Praça Montevideú, Praça da Matriz e sede do Jornal Zero Hora). Para você o que significa esses locais e o porquê de serem escolhidos como os locais de preferência para a manifestação?

13- Os três locais referenciados na questão anterior (Praça Montevideú, Praça da Matriz e sede do Jornal Zero Hora) permeiam o imaginário da sociedade do Rio Grande do Sul, para você o que esses locais representam?

14- Seria possível dividir os manifestos de 2013 em diversas fases, ou seja, diversos momentos? Em caso positivo, como você o faria?

15- Em sua opinião as Jornadas de Junho de 2013 atingiram seus objetivos?

16- Seria possível afirmar que as Jornadas de junho de 2013 desencadearam nos manifestos, favoráveis e contrários ao impeachment, ocorridos nos anos de 2015 e 2016? Em caso positivo, você pode nos explicar como?

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO

Meu nome é Magno Carvalho de Oliveira, sou estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, realizando mestrado em Geografia. Nossa pesquisa objetiva estudar os movimentos ocorridos em junho de 2013, as denominadas Jornadas de Junho de 2013 e sua configuração no território.

Assim, solicitamos sua participação e contribuição para elaboração do nosso trabalho, respondendo a um pequeno questionário elaborado para esse fim.

Você não é obrigado(a) a participar ou a responder a todas as perguntas, podendo desistir de respondê-las a qualquer momento.

Os dados obtidos na pesquisa serão utilizados, tão somente, na nossa dissertação e em possíveis publicações e apresentações acadêmicas.

Para podermos utilizar os dados obtidos será necessário a sua concordância com o presente termo de consentimento, seu nome não será identificado. A referência, na dissertação e em possíveis publicações, será apenas através das iniciais do seu nome.

Nosso endereço de contato:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Programa de Pós-Graduação em Geografia - POSGEA

Av. Bento Gonçalves, 9500

CEP: 91501-900

Porto Alegre - RS

E-mail: magnocarvalho9@gmail.com

Site: www.ufrgs.br/posgea